
JULIO CESAR SARZI

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ITAQUIRAÍ
(1970 – 1980)**

Amambai/MS
2018

JULIO CESAR SARZI

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ITAQUIRAÍ

(1970 – 1980)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Dr^a Gláucia Tahis da Silva Campos Péclat

Amambai/MS
2018

S262h Sarzi, Julio Cesar.

Histórias e memórias da emancipação política de Itaquiraí (1970 – 1980) /
Julio Cesar Sarzi. Amambai: [s.n.], 2018.
85f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Tahis da Silva Campos Péclat.
Dissertação (mestrado) – História – Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, 2018.

1. História – Ensino. 2. Crítica. 3. Autores. I. Título

CDD 23.ed. MS 907.8171

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ITAQUIRAÍ
(1970 – 1980)

JULIO CESAR SARZI

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Gláucia Tahis da Silva Campos Péclat
(Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr^a. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Alexandre Pierezan
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Amambai/MS, 29 de novembro de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

Dedico este trabalho aos amigos e família negligenciados nos últimos anos devido a distância física e a insanidade do mundo normal.

AGRADECIMENTOS

Tenho medo de fazer um texto de agradecimentos e parecer ingrato com alguém que tenha contribuído com esta jornada.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que, graças a efetivação do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), me permitiu retornar à Academia depois de mais de dez anos de quase um “exílio acadêmico” e que me proporcionou uma experiência verdadeiramente transformadora, intelectualmente falando. Também aproveito para agradecer ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP) da UEMS que, disponibilizando bolsas de pesquisa garantiu uma valiosa contribuição material financiando este trabalho, permitindo a aquisição de equipamentos de trabalho, bibliografia, viagens para eventos e viagens de estudos, além de outras necessidades; fossem custeadas durante a trajetória percorrida ao longo de vários semestres.

Agradeço também aos amigos educadores da Escola Estadual professor José Juarez Ribeiro de Oliveira, estabelecimento de ensino no qual trabalho desde 2006, e que compreendendo a importância do desafio que se apresentou a partir do momento em que ingressei no programa do mestrado profissional em Ensino de História do PROFHISTÓRIA, sempre fizeram todo o possível para que houvesse consonância entre as minhas atividades docentes e as atividades referentes ao curso. Agradeço a compreensão e a paciência de meus amigos de luta na Educação Básica.

Agradeço também ao apoio e a solicitude dos servidores que atuam na Fundação de Cultura de Itaquiraí situada na Escola Municipal Jardim Primavera. Sem a contribuição deles, grande parte do acervo documental levantado para o desenvolvimento desta pesquisa não estaria disponível. Nesse sentido, é preciso agradecer também às pessoas que trabalham no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados por disponibilizar o seu enorme acervo para o desenvolvimento de várias etapas importantes desta pesquisa e por terem me atendido prontamente e com muita boa vontade todas as minhas solicitações.

Agradeço também ao corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por ter generosamente nos conduzido ao longo de temáticas fundamentais e engrandecedoras para os mestrandos, profissionais da Educação Básica. Aproveito esse momento também para agradecer aos docentes integrantes de minha

banca de qualificação que auxiliaram a dar um norte para meu projeto de pesquisa realizando considerações valiosas.

Especificamente, gostaria de agradecer à professora Marinete Rodrigues que, enquanto coordenadora de nosso programa de mestrado atuou de forma brilhante e com infinita força de vontade para garantir que as melhores condições possíveis de desenvolvimento do curso se materializassem a todos os envolvidos no processo pelo qual nossa turma atravessou.

Sou imensamente grato à minha orientadora, a professora Gláucia Péclat pela enorme paciência, sensibilidade e resiliência em lidar e ensinar tanto para uma mente tão impermeável quanto esta que vos fala. Aprendi muito com a professora Gláucia e (confesso) não fui capaz de aprender tudo que ela se dispôs a me ensinar. Não fosse pela confiança e energia de minha orientadora, esse trabalho dificilmente se materializaria nestas condições.

Finalmente, gostaria de agradecer aos amigos da primeira turma do mestrado profissional em Ensino de História da UEMS. O trajeto percorrido, além de muito trabalho, foi vencido ao longo da construção de amizades valiosas que contribuíram nas indicações de leituras e estudos, nas companhias durante as viagens e na divisão de grandes mesas nas universidades e nos bares.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.

(Karl Marx, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte)

SARZI, J. C. *Histórias e memórias da emancipação política de Itaquiraí (1970 – 1980)*. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2018.

RESUMO

Este trabalho analisa como se deu o processo de emancipação política de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi, no início da década de 1980, a partir de narrativas de memória e como esse processo está diretamente ligado às transformações nas relações de poder político desencadeadas com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, no final dos anos de 1970. Como forma de contextualizar o objeto de pesquisa, foi necessária a análise de diversos elementos importantes relacionados à história do Mato Grosso Uno, levando em consideração episódios considerados relevantes em meados do século XIX, até o final da década de 1970 quando aconteceu a separação entre as porções norte e sul do estado de Mato Grosso. O processo de emancipação política de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi privilegiou a análise de diferentes narrativas orais, por meio de entrevistas e das memórias escritas. Observamos a existência de memórias referentes ao episódio político abordado, da mesma forma que também se tornaram evidentes vários silenciamentos em Itaquiraí que se deram a partir da consolidação de determinadas memórias coletivas, o que se evidenciou metodologicamente através da História Oral. O exercício de pesquisa desenvolvido também tem como objetivo propor a aplicabilidade das ideias abordadas ao longo da dissertação nos trabalhos desenvolvidos dentro do Ensino de História para a Educação Básica ao tratar de diversas temáticas importantes aos estudos de História de Mato Grosso do Sul e de História de Itaquiraí através da proposição de abordagens diferenciadas e da discussão de conceitos importantes para o Ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Básica; Memória e Identidade; Categorias de Memória; História de Mato Grosso do Sul; História de Itaquiraí.

SARZI, J. C. *Histórias e memórias da emancipação política de Itaquiraí (1970 – 1980)*. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2018.

ABSTRACT

This research analyzes how the process of Itaquiraí's political emancipation occurred in relation to the municipality of Iguatemi in the early 1980's, from memory narratives and how this process is directly linked to the transformations in the relations of political power unleashed through the creation of the state of Mato Grosso do Sul in the late 1970's. As a way of contextualize the research object, it was necessary to analyze several important elements related to the history of Mato Grosso Uno, taking into consideration from the middle of the nineteenth century until the end of the 1970's when the separation between the northern and southern portions of Mato Grosso state. The process of Itaquiraí's political emancipation in relation of Iguatemi privileged the analysis of different oral narratives, obtained through interviews and written memories. We observe the existence of memories related to the political episode, just as they also became evident several muting in Itaquiraí that occurred from the consolidation of certain collective memories, which was evidenced methodologically through Oral History. The research exercise also aims to propose the applicability of the ideas approached throughout the dissertation in the researchers developed within the Teaching of History for Basic Education in dealing with several themes important to the studies of Mato Grosso do Sul's History and Itaquiraí's History through the proposition of differentiated approaches and the discussion of important concepts for History Teaching.

Keywords: History Teaching; Basic Education; Memory and Identity; Memory Categories; History of Mato Grosso do Sul; History of Itaquiraí.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 O SUL DO ANTIGO MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E ITAQUIRAÍ: CONSIDERAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES | 17 |
| 1.1 O sul do Antigo Mato Grosso entre o final do século XIX e a década de 1930..... | 20 |
| 1.2 O sul de Mato Grosso durante o século XX: concepções de Estado e divisionismos..... | 26 |
| 1.3 O Sul do Antigo Mato Grosso e Itaquiraí..... | 36 |
| 2. ITAQUIRAÍ – MEMÓRIA E HISTÓRIA | 43 |
| 2.1 Memórias Itaquiraíenses..... | 43 |
| 2.2 Os anos anteriores à emancipação política..... | 50 |
| 2.3 Sobre a emancipação política..... | 55 |
| 3. ENSINO DE HISTÓRIA DE ITAQUIRAÍ E DE MATO GROSSO DO SUL: PROPOSTAS E PERSPECTIVAS | 64 |
| 3.1 Dialogando com a Educação Básica: alguns conceitos e considerações para o Ensino de História..... | 66 |
| 3.1.1 Sobre História e Fato Histórico..... | 67 |
| 3.1.2 Sobre memória e categorias de memória..... | 68 |
| 3.1.3 Sobre identidade e projetos identitários..... | 72 |
| 3.1.4 Sobre Consciência História e Ensino de História..... | 73 |
| 3.2 Propostas de atividades para docentes da Educação Básica..... | 74 |
| Proposta 1: Problematizando história da emancipação política de Itaquiraí e a criação do estado de Mato Grosso do Sul..... | 74 |
| Proposta 2: Dialogando com narrativas de memória e experimentações de pesquisa historiográfica..... | 76 |
| CONCLUSÕES | 78 |
| REFERÊNCIAS | 80 |

INTRODUÇÃO

As questões levantadas por esta investigação surgiram a partir da preocupação em entender quais são as leituras elaboradas pelos sujeitos sociais em Itaquirai sobre o processo de emancipação política em 1980. Tudo isto, porque como docente da Escola Estadual Professor José Juarez Ribeiro de Oliveira, ministrando aulas de História no ensino fundamental e médio, notamos que na comunidade escolar faltavam dados históricos acerca da origem e autonomia política do município. Diante da ausência de escrita sobre este período, sentimos interesse em investigar e buscar algumas possíveis respostas, visando instrumentalizar o grupo de professores e professoras da rede municipal e estadual da Educação Básica.

Para tal fim, buscamos tomar como referência certas fotografias, documentos escritos e narrativas orais de indivíduos e/ou de grupos que participaram do processo de emancipação política do município na época. Parafraçando Paul Veyne (2008), convém lembrar que “o historiador é também um escritor, narra eventos, elabora uma narração. Contudo, há uma diferença entre os dois campos que se encontram sob o ponto de vista do conteúdo, os acontecimentos narrados pelo historiador precisam ter realmente acontecido” (Veyne, 2008).

A narrativa histórica é fruto das escolhas do historiador, ou seja, do recorte feito por ele. É com base nisso que Veyne trabalha com a noção de “trama”:

Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. (Veyne, 2008).

Assim, tomo licença para propor que o campo do conhecimento da história, muito mais que uma “ciência do passado”, são os sentidos que seus pesquisadores atribuem ao que aconteceu. É bem verdade que os historiadores se baseiam em eventos passados, mas as formas de se analisar estes eventos variam de acordo com o método utilizado ou com a forma de narrativa escolhida. Muito mais que contar o passado, a história se trata daquilo que fazemos, ou, melhor dizendo, dos sentidos que atribuímos ao passado.

O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) sugere que o discente pense na elaboração de produtos que dialoguem com o Ensino de História na

Educação Básica. Este produto pode ser: cartilha, e-book, documentário, acervos documentais acessíveis por meio da internet e outros.

Uma problemática foi identificada ao longo deste processo de inquietação e de pesquisa e, a partir da nossa experiência como docente na Educação Básica, notamos que os livros didáticos não contemplam e não abordam a história do município de Itaquiraí. Deste modo, ao refletir sobre a necessidade de contemplar discussões nos currículos escolares sobre a história do município, optamos por dissertar acerca deste processo de emancipação de Itaquiraí (enquanto trama), objetivando intercambiar com os conteúdos de história regional e local com vistas no ensino de história para a sala de aula.

O Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul propõe temas ligados à história regional e sua intercessão e mediação com os conceitos de memória e identidade no ambiente escolar, mas há ausências. Daí a pertinência em dissertar sobre o tema em questão e, interessar mais ainda, pensar a elaboração de material didático para o ensino da história de Itaquiraí, tomando como empréstimo a emancipação política do município como atributo alimentador de outras histórias. O que se pretende é criar suporte tanto para docentes quanto para estudantes da Educação Básica dentro do componente curricular de História.

O interesse em investigar a temática se dá mediante várias problemáticas identificadas durante o trabalho em sala de aula, pois mesmo existindo um sentimento de “pertença” por parte da população em relação à história de Itaquiraí, percebemos que a população em idade escolar não tem acesso a sua própria trama no sentido de Veyne (2008).

Para melhor esclarecer o que pretendemos, iremos situar o leitor sobre a localização do município que se encontra ao sul de Naviraí e ao norte de Eldorado. Iguatemi, município do qual Itaquiraí se emancipou em 1980, fica a oeste (Fabrini, 1995). O rio Paraná e o Parque Nacional da Ilha Grande marcam seus limites a leste. Segundo dados estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) em 2016, sua população é de pouco mais de vinte mil habitantes, sendo que aproximadamente 60% residem em zona rural¹

No município de Itaquiraí existem referências ligadas ao passado local através de várias narrativas orais, o que Halbwachs (2003) chamaria de memória coletiva. Na perspectiva desse autor, “a memória pode-se traduzir como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados referentes a fatos vividos no passado” (Halbwachs, 2003, p. 27). Em confluência com

¹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/>

esta dimensão, apresentamos uma questão-problema, considerando que estas narrativas foram projetadas a partir de uma visão de história factual ligada a datas ou a personagens heroicos.

Grande parte do desenvolvimento da pesquisa se deu graças aos trabalhos desenvolvidos no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A partir do acervo bibliográfico disponível no centro de documentação, foi possível ter acesso a extensa bibliografia que trata da história do Mato Grosso Uno e da história de Mato Grosso do Sul.

Outros avanços foram possíveis utilizando o acervo presente na Fundação de Cultura de Itaquiraí. O acervo documental da Fundação de Cultura de Itaquiraí conta com documentos escritos, fotografias e entrevistas digitalizadas, sendo que grande parte destes documentos foram doações de moradores antigos e parte destes documentos resultado de tentativas anteriores da administração municipal de se produzir reflexões sobre a história do município.

Como veremos adiante, boa parte do sentido atribuído para a história do município pela Fundação de Cultura acabou por reforçar memórias históricas e políticas de setores da sociedade itaquiraense que sempre ocuparam posições de distinção social nesta cidade.

Mesmo que o objetivo da Fundação de Cultura fosse o de preservar a história do município, a proximidade do poder político institucionalizado em Itaquiraí acabou por levar ao silenciamento de importantes sujeitos históricos que atuaram no processo de construção e de desenvolvimento do município, tais como dos trabalhadores sem-terra, trabalhadores ligados às serrarias (principal atividade econômica no município nos anos anteriores e posteriores ao da emancipação política) e até abrindo a possibilidade para possíveis investigações relacionadas à população indígena na região onde hoje situa-se o município de Itaquiraí.

Cada um dos três capítulos desta dissertação apresenta questões distintas, mas que se inter-relacionam buscando paralelos entre contextos históricos mais amplos ligados à história e a historiografia de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso Uno, da mesma forma que outros mais específicos, restritos à localidade de Itaquiraí.

Ainda assim, é importante destacar que tratar de regionalidades não significa pensar em análises fragmentadas, pois é a partir destes enquadramentos regionais que é possível perceber como o processo histórico impresso em Itaquiraí dialoga com o de outras regiões do Cone-Sul de Mato Grosso do Sul e também se insere em todo um processo de transformações políticas em curso no estado sul-mato-grossense, por exemplo.

No primeiro capítulo, buscamos contextualizar historicamente o sul do Mato Grosso

Uno entre o final do século XIX e ao longo do século XX, até o episódio político da criação do estado de Mato Grosso do Sul em outubro de 1977. A criação do estado sul-mato-grossense é de crucial importância para nossa análise pois, é ao nos debruçarmos sobre a instituição, politicamente falando, do novo estado é que percebemos uma série de relações de poder que interferiram diretamente na reconfiguração política de Mato Grosso do Sul. É neste contexto de transformações nas relações de poder que Itaquiraí, enquanto município, aparece.

Pensar questões cronologicamente tão distantes como, por exemplo, as consequências da Guerra do Paraguai para a região e a consolidação da empresa Matte Larangeira é necessário para compreendermos condições importantes que levaram a consolidação da estrutura fundiária no sul do Mato Grosso Uno e no Brasil.

Ao longo do capítulo também abordamos como, durante o século XX e até o final da década de 1970, ao longo de determinadas concepções de Estado pensadas dentro do Governo Federal e, entre movimentos políticos, tais como a Liga Sul-Mato-Grossense e o Movimento Divisionista Mato-Grossense, o governo do general Ernesto Geisel instituiu o estado de Mato Grosso do Sul.

A análise deste processo é importante para compreendermos quais eram as correntes de pensamento por trás das concepções de Estado existentes ao longo de várias décadas, principalmente entre os anos 1930 e 1970, no Brasil e como essas concepções de Estado dialogavam (ou não) com os movimentos políticos ao sul de Mato Grosso que pensavam na separação entre a porção norte e a porção sul do estado.

A partir destas contextualizações, é possível chegar na emancipação de Itaquiraí pois, as transformações nas relações de poder presentes no episódio político da criação do estado de Mato Grosso do Sul, abriu espaço para que as disputas pelo poder político local instituíssem uma grande quantidade de municípios na região.

Entretanto, também é importante destacar que, mesmo os episódios políticos de emancipações municipais estarem diretamente atrelados à política institucional, os mesmos precisam ser compreendidos em suas especificidades e, no caso de Itaquiraí, é preciso levar em conta quais eram as forças políticas e as demandas locais que reivindicavam a independência política em relação ao município de Iguatemi.

Em se tratando da especificidade de Itaquiraí, é importante destacarmos que a ocupação da região por migrantes paulistas e paranaenses teve início a partir dos anos 1950, concomitantemente com o início da ocupação de outras regiões que compõem o atual Cone Sul

de Mato Grosso do Sul. Processo de ocupação que aconteceu em momento posterior e distinto daquele observado a partir da consolidação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – a CAND.

A região passou por um processo de ocupação territorial marcado pela inicial migração de trabalhadores rurais paulistas e, posteriormente, oriundos da região Sul do país. Apesar das diferentes concepções de Estado entre as décadas de 1930 e 1970, como por exemplo durante a “marcha para o oeste” do Estado Novo de Getúlio Vargas, que defendiam a ocupação de “vazios demográficos” ficou clara, durante as pesquisas de que esta dinâmica populacional visava também atender a um projeto identitário que não reconhecia a já existência de populações indígenas e paraguaias na região desde muitos anos.

No segundo capítulo, tratamos da especificidade da ocupação de Itaquiraí, utilizando como baliza o período entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas por meio da bibliografia e de narrativas de memória, condições que já estavam em curso desde a década de 1950.

Ao nos concentrarmos no caso de Itaquiraí e nas narrativas de memória que servem como base para pensarmos em uma história itaquiraense, percebemos a construção de diversas memórias coletivas que contribuíram para a legitimação de uma “História Oficial” a respeito do processo de emancipação política. Vale abrir um parêntese neste caso, caso contrário, correremos o risco de causarmos a impressão de que nosso objetivo é o de uma narrativa histórica maniqueísta.

O que pretendemos é lançar olhares para diferentes narrativas sobre o passado de Itaquiraí que não são compreendidas como parte da “História Oficial” do município, mas que ao longo do desenvolvimento da pesquisa se mostraram relevantes para a compreensão do processo de independência política do município.

Faz-se necessária a análise de como o processo de emancipação teve relação direta com demandas locais, principalmente a partir das pessoas que possuíam influência econômica na região, mas como este processo foi marcado pela intensa personalização política por determinados sujeitos históricos e também pelo silenciamento de agentes históricos que contribuíram e participaram do processo político atravessado por Itaquiraí, tais como trabalhadores de serrarias e trabalhadores rurais sem-terra.

No terceiro e último capítulo, o objetivo foi retomar uma série de discussões pontuais realizadas ao longo da dissertação e pensar em quais são as possibilidades e aplicabilidades das

mesmas dentro do Ensino de História com História de Mato Grosso do Sul e pensar no ensino de História de Itaquiraí dentro desta mesma perspectiva. Além disso, um dos objetivos também é o de propor algumas possíveis abordagens dos temas tratados ao longo desta dissertação dentro do espaço escolar.

Importante destacar que estas proposições foram organizadas levando em conta os saberes e fazeres dos docentes dentro da Educação Básica, apresentando possibilidades teóricas-metodológicas para o Ensino de História. No que se refere aos estudantes, essas mesmas possibilidades apresentadas, têm como objetivo motivar uma atuação protagonista dos estudantes em relação aos estudos de história e também estabelecer discussões que aproximem os discentes de práticas como a da pesquisa e da construção de conhecimento articulada utilizando ferramentas teóricas e metodológicas.

1. O SUL DO ANTINGO MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E ITAQUIRAÍ: CONSIDERAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES

Este capítulo trata das relações entre a criação do município de Itaquiraí, emancipado politicamente de Iguatemi através da Lei nº 75 de 12 de maio de 1980², e o processo histórico observado em Mato Grosso do Sul antes e depois da implementação política do estado³.

Para darmos início à análise, destacamos que um equívoco existia da nossa parte ao considerarmos que a história da emancipação política itaquiraiense deveria ser analisada de forma dissociada ao que ocorreu em outubro de 1977, durante o governo do general Ernesto Geisel – ou seja, referindo à porção meridional de Mato Grosso.

A princípio, julgávamos que seria possível pensar em Itaquiraí de forma isolada de um contexto maior. Porém, o que se observou com o desenvolvimento da pesquisa era a insistência da nossa parte no erro ao se pensar em uma história, cujos episódios históricos da região em estudo não dialogassem com contextos mais amplos. Peter Burke, quando se debruça sobre a obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe” de Fernand Braudel, ajuda a responder este tipo de questão: “Em uma outra imagem poética, Braudel descreve os acontecimentos como ‘perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas.’ [...] Para compreender a história é necessário saber mergulhar sob as ondas.” (1991, p.33) Assim, faz-se necessário “mergulhar” no tema, sob pena de ficar apenas na superfície e contemplando apenas as ondas e a espuma do mar. É imperioso mergulhar no “oceano de condições” presentes na história do atual sul de Mato Grosso do Sul região onde o município se encontra. Desta maneira, o engano apontado foi superado a partir da percepção de que a história política da emancipação itaquiraiense tem relações profundas com o processo histórico de criação de Mato Grosso do Sul.

O que se pretende, é estabelecer relação entre a história de Itaquiraí com outros episódios históricos, buscando articular a história do referido município a um conjunto mais geral, pois:

² <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf> [acessado em 25/04/2018]

³ O que se pretende é tomar como base o recorte cronológico entre as décadas de 1970 e 1980, pensar diferentes contextos significantes para se entender as condições marcantes no processo de emancipação política de Itaquiraí. A partir deste balizamento proposto, será possível discutir as relações de poder entre norte e sul de Mato Grosso antes de 1977, quais os posicionamentos e olhares do Governo Federal para esta região e quais os desdobramentos destas tensões na região onde hoje se encontra o município que pesquisa.

O recorte regional não significa aqui uma fragmentação. [...] Para estudar a História Regional é preciso, portanto, estabelecer pontuações específicas e definir sua articulação com o conjunto mais geral da História em suas tendências predominantes, a partir de informações e análises de historiadores já consagradas. (CORRÊA, 1997, p. 34).

Tomamos como base o recorte cronológico entre 1970 e 1985, para pensar diferentes contextos significantes e entender as condições marcantes no processo de emancipação política do então município. A partir deste balizamento proposto, será possível discutir as relações de poder entre norte e sul de Mato Grosso antes de 1977, quais os posicionamentos do Governo Federal para esta região e quais os desdobramentos destas tensões na região onde se localiza o município de Itaquiraí.

Analisar aspectos da história do referido município permite a interpretação acerca dos elementos inerentes à história sul mato-grossense. Da mesma maneira que, avaliar as relações de poder e os projetos identitários construídos em Mato Grosso do Sul, durante os primeiros anos após a implementação do estado, os quais tiveram desdobramentos importantes na história itaquiraense.

Outro aspecto que será destacado se refere às questões ligadas ao campo das identidades ao considerarmos as estratégias adotadas pelo governo do general Geisel que “invoca o sentimento de pertencimento destes ‘novos cidadãos’, que a partir de uma lei passam a construir outras identificações com o lugar, pois fazem parte de uma ‘nova região’ (FURLANETTO, 2014, p. 2).

Nessa direção, cabe ressaltar o que Marisa Bittar (1997) afirma ao tratar da especificidade da criação do estado de Mato Grosso do Sul a partir da análise da Lei Complementar Nº 31 de 11 de outubro de 1977⁴, durante o governo do general Ernesto Geisel (BITTAR, 1997). Segundo a autora, a criação do estado de Mato Grosso do Sul se deu a partir de um esforço unilateral empreendido pelo governo federal, ou seja, independentemente das relações, das condições e das perspectivas identitárias inscritas no estado de Mato Grosso daquela época.

Apesar da existência de movimentos ativos ao sul do estado, defendendo a separação entre as porções meridional e setentrional há várias décadas (na verdade, desde o século XIX), a criação do estado de Mato Grosso do Sul pelo governo Geisel não comungava com os anseios

⁴<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html> [acessado em 20/03/2018]

da Liga Sul-Mato-Grossense e do Movimento Divisionista. Entretanto, mesmo que houvesse unilateralidade do regime civil-militar em se criar o estado de Mato Grosso do Sul naquele período, isso não significa afirmar que na região em questão, não existissem interesses na separação entre o sul e o norte de Mato Grosso, ou seja, não significa afirmar a inexistência de demandas locais relacionadas à divisão do estado e nem a ausência de movimentos políticos que, por diversos motivos, não desejassem mais que a parte sul de Mato Grosso continuasse integrando a parte norte do estado.

Para tanto, apesar da emancipação política de Itaquiraí que, esteve estreita aos interesses ideológicos da instituição do estado de Mato Grosso do Sul em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, as condições para que se chegassem a esse resultado são bem mais antigas. Para se compreender o processo histórico de emancipação é importante lançar olhares para a segunda metade do século XIX e até o início da segunda metade do século XX, de forma a elucidar elementos intermitentes à trajetória da região, na qual o município de Itaquiraí está inserido.

Em outras palavras: é necessário “mergulhar” fundo no processo histórico que se desenrolou na porção meridional de Mato Grosso anterior a 1977, e na porção mais meridional do estado de Mato Grosso do Sul sob pena de que a história de Itaquiraí não passe de mera “espuma de ondas” carregadas pela “maré da história”.

Em se tratando de “mergulho”, buscamos quais elementos relacionados aos processos identitários, seja em Itaquiraí, em diversas regiões em Mato Grosso do Sul ou em Mato Grosso. E, considerando as grandes extensões territoriais existentes no período anterior ao da emancipação de Mato Grosso do Sul, Paulo Roberto Cimó Queiroz (QUEIROZ, 2006) alertou para como as diferentes regiões mato-grossenses, construíram identidades diferentes. Sobre esta questão, Queiroz detalhou dizendo que:

Até a criação, em 1943, do Território Federal do Guaporé (depois chamado Rondônia), o território mato-grossense correspondia ao dos atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Assim, era comum distinguirem-se, nesse vasto espaço, três diferentes porções: o Norte (a parte mais propriamente amazônica, correspondendo ao atual Estado de Rondônia e à porção setentrional do atual Estado de Mato Grosso), o Centro (isto é, a região polarizada pela capital, Cuiabá) e o Sul (que se costuma identificar ao atual Estado de Mato Grosso do Sul mas que tinha, à época, contornos imprecisos – ficando indeciso, por exemplo, se nele se incluía ou não a cidade e o enorme município de Corumbá). (QUEIROZ, 2006, p. 155).

O debate em torno dos processos identitários nos possibilita estabelecer condições de pensar no campo do conceito de memória e suas categorias⁵, considerando que "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade" (Pollak, 1992). Além de Pollak, apoiaremos o diálogo com outros autores que se debruçam sobre o conceito de memória, tais como Maurice Halbwachs e Pierre Nora.

Nesse sentido, visamos a abordar algumas categorias de memória, por percebermos como projetos de memórias e de identidades foram formulados sem perder de vista o processo político pelo qual se deu a emancipação política de Itaquiraí.

1.1 O sul do Antigo Mato Grosso entre o final do século XIX e a década de 1930

A segunda metade do século XIX é um período decisivo em vários aspectos relacionados à história da província de Mato Grosso. Dentre vários episódios importantes, destacaremos os seguintes: a base e as condições que permitiram a criação da Companhia Matte Laranjeira, que teve como proprietário Thomaz Laranjeira; a instituição da Lei de Terras de 1850⁶ que gerou bases fundamentais para a estruturação do latifúndio no Brasil e que permitiu que as classes dominantes dialogassem com as condições finais da escravatura brasileira, (instituição presente desde as primeiras décadas da colonização brasileira).

Outro aspecto significativo foi o acontecimento da Guerra da Tríplice Aliança (ou do Paraguai) entre 1864 e 1870 que se configurou como o mais importante conflito armado da América do Sul durante o século XIX, mas que, no entanto, também contribuiu enormemente para desequilibrar as relações entre norte e sul da província de Mato Grosso, considerando a importância política e econômica adquirida pelas regiões de Corumbá e, posteriormente, Campo Grande.

A instituição da Lei de Terras em 18 de setembro de 1850, terá desdobramentos que influenciaram na configuração territorial da região. Essa lei, sancionada pelo imperador Dom Pedro II em 1850, regulamentada pelo decreto imperial nº 1318 em 1854⁷ (o Regulamento de 1854), proibiu o acesso às terras públicas por meio da simples ocupação ou posse. Determinava

⁵ Categorias a que nos referimos são: memória histórica, memória esquecimento, memória seletiva, entre outras, cujas dimensões serão tratadas ao longo do trabalho.

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm [acessado em 20/03/2018]

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm [acessado em 20/03/2018]

que a única forma de aquisição das terras do Estado brasileiro deveria ser por meio da compra das Terras Devolutas⁸ junto ao governo imperial (SABOYA, 1995).

As mudanças nas regras para aquisição de terras públicas coincidiram com a instituição da proibição do tráfico de escravos através da Lei Eusébio de Queiroz⁹ instituída em 4 de setembro de 1850, poucos dias antes da Lei de Terras. A Lei Eusébio de Queiroz foi um marco importante no desenvolvimento do capitalismo brasileiro pois, se considerarmos a trajetória de crise da escravatura ao longo de todo o século XIX, concomitantemente ao processo de proibição do comércio de escravos sequestrados em terras africanas e sua consequente descapitalização, o Estado Brasileiro criava formas para que o capital investido na posse de escravos “migrasse” da posse de escravos para a posse das terras sendo que essa, segundo Vilma Eliza Trindade Saboya, passou a ser considerada como “renda capitalizada”, ou seja, “valor de mercadoria” sendo um elemento decisivo para a reafirmação de determinados grupos e relações de poder (não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil Império) estabelecendo condições para aquisição e manutenção da posse da terra por grandes proprietários¹⁰. (SABOYA, 1995, p. 116-118).

Durante o século XIX, a estruturação de propriedades rurais ao longo do sul de Mato Grosso dependia da rede fluvial da bacia platina. Era utilizando os rios desta rede hidrográfica que a economia local se colocava em movimento e que também criou condições para a ocupação humana do sul de Mato Grosso, conforme Lúcia Salsa Côrrea expõe:

A região da Bacia do Prata assistiu a um fomento expressivo do fluxo mercantil no início do século XIX, movimentando um mercado regional com produtos tradicionais como erva-mate, couros tecidos (panos de algodão artesanais), madeiras e alguns gêneros alimentícios, como carne e charque, açúcar, milho, mandioca, e outros mais. A madeira, que começava de maneira gradativa a ser explorada e comercializada, teve sua procura motivada pelo incremento dos estaleiros e da construção naval na região do Prata. (CORRÊA, 1999, p. 85).

⁸ Nome dado para aquelas terras que, antes da instituição da Lei de Terras de 1850, foram ocupadas por posseiros. No contexto da instituição da Lei de Terras, uma parcela importante destes posseiros eram pequenos e médios proprietários que não possuíam condições financeiras de garantir a posse da terra comprando-a e, por conta disso, acabaram perdendo as mesmas para latifundiários que, além de possuírem condições de adquirir terras devolutas postas à venda pelo Estado, muitas vezes também possuíam as condições para falsificar as documentações referentes às terras por eles ocupadas.

⁹<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-lei-eusebio-queiroz.-o-trafico-negreiro.-historcio-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850> [acessado em 20/03/2018]

¹⁰ Abordar a questão das condições criadas para a consolidação das grandes propriedades rurais com base na Lei de Terras e dentro do contexto da crise da escravatura brasileira é base importante para entendermos como, posteriormente, a Companhia Matte Larangeira se estabeleceu (principalmente) ao sul da província de Mato Grosso. Trataremos de alguns aspectos relacionados à trajetória dessa empresa mais adiante, a partir do momento que a narrativa aqui desenvolvida der possibilidade para estas abordagens.

Ao considerar a especificidade do sul de Mato Grosso durante o século XIX, falar na grande propriedade rural, significa falar também na economia pecuarista e na economia ervateira. As duas atividades, ao longo do século XIX eram as atividades econômicas mais expressivas no sul da província mato-grossense sendo afetadas de forma grave pelo acontecimento da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) que impôs graves consequências econômicas para estas atividades, pois:

A guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), com o Paraguai, estendendo-se de 1864 até 1870 e incluindo a invasão paraguaia de grande parte do Sul da Província de Mato Grosso com a destruição de vilas e fortificações fronteiriças, interrompeu a navegação fluvial via Bacia do Prata e desferiu um rude golpe na região, desorganizando suas incipientes atividades de produção e comércio. (CORRÊA, 1999, p. 15).

Ao término da guerra, o domínio do império brasileiro sobre a região ao longo do rio Paraguai, abriu grandes possibilidades para o sul de Mato Grosso. O controle sobre a navegação nos rios da bacia platina sempre foi uma questão estratégica fundamental tanto para se obter acesso ao Oceano Atlântico, quanto para se alcançar várias regiões no interior da América do Sul. No caso da província de Mato Grosso, é importante destacar que: “após a Guerra foi reaberta a navegação pelo rio Paraguai em 1872 e o governo dava incentivos a comercialização das mercadorias com os países vizinhos e com a Europa” (SABOYA, 1995, p. 127). Estes incentivos nos anos seguintes à Guerra do Paraguai deram algum fôlego para que Mato Grosso tivesse condições de superar os revezes impostos pelo conflito militar pois, “vencida a Guerra pelas tropas da Tríplice Aliança, os mato-grossenses se viam com uma economia assolada. O comércio dependente do rio estava totalmente desorganizado” (ALBANEZ, 2013, p. 36).

Entretanto, segundo Jocimar Lomba Albanez (2013), Paulo Roberto Cimó Queiroz (2006) e Vilma Eliza Trindade de Saboya (1995), o comércio no rio Paraguai durante os anos seguintes à Guerra do Paraguai gerou um expressivo crescimento econômico na província destacando principalmente, Corumbá que, devido sua localização geográfica passou a ocupar uma posição de grande importância na bacia platina ameaçando o controle das elites mato-grossenses “nortistas” que percebiam seu domínio sobre a região diminuir, pois:

Enquanto o ‘Norte’ permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia, após 1870, um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios. Desenvolvia-se, além da pecuária, a economia ervateira (ainda

que sob o virtual monopólio da Companhia Matte Laranjeira). (QUEIROZ, 2006, p. 156).

Conseqüentemente, o crescente trânsito de mercadorias no rio Paraguai possibilitou a valorização das terras na província graças (também) a Lei de Terras (e ao Regulamento de 1854).

Esse crescimento comercial no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai foi, de acordo com Queiroz (2006), o “‘embrião’ de divisionismo, ou ‘separatismo’ em relação ao domínio das oligarquias ‘cuiabanas’, ou ‘nortistas’, que desde a época colonial enfeixavam em suas mãos o poder político regional” (QUEIROZ, 2006, p. 155). É importante destacar que, ao longo do século XX, movimentos como a Liga Sul-Mato-Grossense e o Movimento Divisionista também basearam as discussões acerca da separação entre o norte e sul de Mato Grosso a partir da ótica econômica.

Como era de se esperar, em Itaquiraí, durante o final da década de 1970, quando a região era considerada distrito do município de Iguatemi, o argumento para sua emancipação também se baseou na dependência existente entre o distrito e o município do qual fez parte.

Ao retornarmos ao XIX observamos que à medida em que o sul de Mato Grosso se tornava mais importante economicamente que a região de Cuiabá, percebemos diversos processos desencadeados pelas classes dirigentes cuiabanas. De um lado, o grande interesse em construir projetos identitários que reafirmassem os valores mato-grossenses dentro da província, fomentando algum sentido de “pertença” e de reconhecimento ao longo do vasto Mato Grosso. Por outro lado, o empenho em assegurar a posse sobre a terra, graças aos desdobramentos que a instituição da Lei de Terras de 1850 causaram após a Guerra da Tríplice Aliança, o que levou a falsificações dos registros de posses – prática comum nesse período, mas que, porém, tornaram-se conhecidas de forma mais ampla quando:

No início do período republicano, com a legalização das posses ainda por demarcar e verificar sua legitimidade conforme a Lei de Terras em vigor, é que esses casos de ilegalidade vieram à tona. A grande procura valorizou as terras em Mato Grosso, especialmente após a construção da Estrada de Ferro Noroeste, o que levou a necessidade de regulamentar o quanto antes a posse. (SABOYA, 1995, p.129).

É nesse contexto que, nos anos finais do século XIX, se estabelece a Companhia Matte Laranjeira ocupando terras ao noroeste do atual estado do Paraná e praticamente toda a metade sul do atual estado do Mato Grosso do Sul. As terras da Matte Laranjeira foram adquiridas a

partir de terras devolutas e como desdobramento importante da Lei de Terras de 1850. As atividades da empresa ervateira se baseavam na exploração de reservas de erva-mate que, nativas e, seus produtos tinham o mercado consumidor argentino como principal destino (ALBANEZ, 2003).

Da mesma maneira que a região de Corumbá, a parte mais ao sul de Mato Grosso sob controle quase que exclusivo da Cia. Matte Laranjeira também se beneficia da rede hidrográfica da bacia platina como forma de escoar a produção ervateira para outros países da América do Sul. O interesse pela economia ervateira se deu,

Na fronteira com o Paraguai [...] O interesse pela exploração e comercialização da erva-mate se deu através dos trabalhos demarcatórios dos limites entre Brasil e Paraguai após a guerra. Essa atividade já era desenvolvida no Paraguai e acabou por despertar o interesse também do governo provincial que visava auferir as mesmas vantagens daquele país. (SABOYA, 1995, p. 128).

A parte mais ao sul da província de Mato Grosso era dominada pelas florestas de ervais. Como a região onde se encontrava o município de Miranda que, segundo Lúcia Salsa Corrêa (CORRÊA, 1997), era uma das primeiras comunidades urbanas organizadas no sul da província mato-grossense até então, se beneficiava de uma rede hidrográfica que possibilitava a ligação com Corumbá e, a partir desta, com a bacia do rio da Prata e com a capital provincial, a economia ervateira facilmente se tornou um dos pilares da economia do sul do Mato Grosso Uno. Segundo a autora:

A terceira paisagem importante do Sul de Mato Grosso correspondeu aos Ervais. Nos vales dos rios Ivinhema, Brilhante e Dourados estenderam-se ervais nativos, que permitiram a extração da erva-mate mato-grossense, tornando-se famosa e rentável pela sua boa qualidade. Os ervais revestiam também a Bacia do Amambai, e a Serra de Maracaju, aparecendo na paisagem de matas tropicais ou em áreas de planícies, campos e cerrados, estes últimos conhecidos em Mato Grosso como 'Caatins'. (CORRÊA, 1997, p. 25-26).

Ao visar a exploração destas riquezas naturais que se dá a consolidação da empresa Companhia Erva Matte Laranjeira. Seu fundador, Tomás Laranjeira que “fazia parte da Comissão Mista Demarcatória de Limites entre Brasil e Paraguai” (SABOYA, 1995, p. 128) se beneficiou da “quantidade de terras devolutas ainda no final do século XIX, facilitava a concessão de grandes terrenos na Província” conquistando assim uma condição de exclusividade na exploração dos ervais.

A área correspondente a Matte Larangeira ocupava uma posição estratégica importante: o acesso às bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná permitiam à empresa escoar a sua produção para o sul do Brasil e para os países da bacia do Prata. Dotada de uma grande estrutura, resultante de grandes lucros, a Cia. Matte Larangeira possuía embarcações, portos e mesmo linhas férreas para suas atividades (ALBANEZ, 2003).

A Matte Larangeira utilizava da mão-de-obra indígena (principalmente guaranis), paraguaios e brasileiros que trabalhavam em condições análogas à escravidão para poupar despesas como forma de maximizar os lucros advindos dos ervais. De acordo com Corrêa “o paraguaio foi o braço da indústria ervateira de Mato Grosso, colaborando com seus hábitos, sua língua (o Guarani), sua cultura e todos os seus vícios, na formação da comunidade fronteiriça do extremo Sul mato-grossense” (CORRÊA, 1997, p.285).

Detentora de grandes extensões territoriais, ocupando praticamente toda a extensão sul do antigo estado de Mato Grosso e grande parte da região que hoje pertence ao noroeste do estado do Paraná, a Matte Laranjeira chegou a ocupar território de aproximadamente 60 mil km² (ALBANEZ, 2003).

A empresa também exercia uma grande influência política na região, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX (ALBANEZ, 2003).

Mesmo a Matte Laranjeira realizando a extração da erva-mate de forma extensiva e primitiva ocasionando a devastação das matas de ervais, prática que era reprimida pelo poder público e que chegou a ser denunciada no início do período republicano por adversários da Matte, tais como o coronel Pio Ruffino, a empresa era compreendida pelo poder público como responsável pela “civilização das fronteiras selvagens” do extremo sul de Mato Grosso.

Quando denunciada pela devastação dos ervais, a Matte Laranjeira atribuía a exploração irregular da erva-mate à exploradores clandestinos e, devido à influência política exercida pela empresa, denúncias como a do coronel Pio Ruffino nunca eram levadas adiante (CORRÊA, 1997).

A hegemonia da Matte Larangeira enquanto expoente do poder oligárquico no sul de Mato Grosso, diminui apenas após as primeiras décadas do século XX, a partir da concepção de Estado elaborada com a Era Vargas (1930-1945). Antes disso, durante as primeiras décadas do século, a empresa possuía liberdade de atuar contrária ao respeito à liberdade individual e pela “difusão do pensamento xenófobo e racista em relação aos vizinhos paraguaios que,

normalmente eram percebidos como ‘indolentes e propensos ao crime’, com malévolos intuitos” (CORRÊA, 1997, p. 295).

Sobre as relações de trabalho dentro da região pertencente a Matte Laranjeira, o objetivo aqui não é o de fazer julgamentos sobre o passado e nem de propor leituras maniqueístas sobre o tema. Entretanto, julgamos importante apresentar leituras relacionadas ao tema e que apresentassem impressões acerca das relações entre agentes de diferentes origens no contexto ervateiro do sul de Mato Grosso durante o período de atuação desta empresa ervateira.

O poder da Matte Larangeira começa a esmorecer a partir do aumento da concorrência entre a empresa com ervateiros independentes e também pela própria atuação do Governo Federal durante a Era Vargas como forma de reforçar sua presença na fronteira oeste do Brasil principalmente durante a sua fase mais autoritária, centralizadora e nacionalista, o Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1945 (ALBANEZ, 2003).

1.2 O sul de Mato Grosso durante o século XX: concepções de Estado e divisionismos

O período compreendido entre a Era Vargas (1930 – 1945) e a Ditadura civil-militar (1964 – 1985), são importantes para a história política de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Nesta perspectiva, tornam-se questões fundamentais relacionadas ao divisionismo em Mato Grosso, se pensarmos nos movimentos interessados na separação do sul de Mato Grosso em relação ao norte do estado. Este recorte nos possibilita também analisar concepções de Estado brasileiro compreendidas durante essas diferentes etapas. Mas, o que nos interessa?

É a partir dessas concepções de Estado observadas durante a Era Vargas e durante a ditadura civil-militar brasileira analisadas por Marisa Bittar (BITTAR, 1997), que surgem iniciativas no sentido de ocupar as regiões mais ao oeste do território brasileiro e, no nosso caso em específico, o Sul do antigo estado de Mato Grosso.

Sobre o período conhecido como Era Vargas (1930 – 1945), é importante destacar também a atuação da Liga Sul-Mato-Grossense desejosa pela separação do sul do estado em relação à porção norte. Os separatistas ao sul do estado, levantando questões que estavam presentes em Mato Grosso desde os anos finais do século XIX se aliaram à revolta paulista conhecida como Revolta Constitucionalista de 1932, com o objetivo de criar um novo estado. Um dos principais pontos levantados pelos separatistas era o da importância da produção

econômica no sul de Mato Grosso e de como a região meridional do estado não se beneficiava proporcionalmente dessa produção.

Com o desenrolar da revolta de 32, chegou-se a criar temporariamente o estado de Maracaju onde a cidade de Campo Grande era a capital do mesmo. Entretanto, tão logo a revolta foi derrotada pelo governo federal, o estado de Maracaju, recém-criado pela Liga Sul-Mato-Grossense aliada aos participantes da Revolta Constitucionalista de 1932, deixou de existir e, mesmo a discussão reaparecendo entre as pautas levantadas pela Assembleia Constituinte que construiu a Constituição de 1934, os anseios separatistas não se materializaram.¹¹

Nesse contexto, teve destaque a figura de Mario Augusto Teixeira de Freitas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que defendia em 1932, na época do Governo Provisório de Vargas a oportunidade que o presidente possuía para

Resolver definitivamente o problema da unidade nacional por meio da equidade na divisão político-administrativa. Segundo ele, a redivisão era um imperativo histórico que nas duas Constituintes anteriores (1824 e 1891) tivera importância mínima em função dos interesses particulares dos proprietários de terras. [...] Como princípio de equivalência de áreas ideais para o Brasil sugeriu São Paulo e Rio Grande do Sul como modelos de padrões. (BITTAR, 1997, p. 266).

Entretanto, Vargas prescindia dos apontamentos realizados por Teixeira de Freitas. Em parte, pela necessidade de corresponder às expectativas das oligarquias hegemônicas do centro-Norte, e também como forma de não atender à demanda dos grupos sulistas que se associaram aos paulistas durante a Revolta Constitucionalista de 1932. (BITTAR, 1997)

Além da proposta de Teixeira de Freitas, o major Segadas Viana, em 1940, também encaminhou ao governo federal uma proposta de reconfiguração das fronteiras dos estados baseada na riqueza de cada região. No caso, a divisão dos territórios obedeceria dois parâmetros: “um de 85.000 a 130.000 quilômetros quadrados para as zonas ricas e médias e outro de 130 a 170.000 quilômetros quadrados para as pobres” (BITTAR, 1997, p. 267).

Ainda assim, estas propostas não estavam em consonância com a visão de Estado que Vargas desenvolveu todos os anos em que permaneceu no poder entre 1930 e 1945. Marisa Bittar afirma também que a criação dos territórios federais de Ponta Porã, Amapá, Rio Branco, Guaporé e Iguassú através do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943¹² serviu também

¹¹ A respeito de maiores desdobramentos sobre a criação do estado de Maracaju no contexto da Revolta Constitucionalista de 1932, a tese de doutorado de Marisa Bittar se aprofunda de forma rica nessas discussões.

¹² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del5812.htm [acessado em 20/03/2018]

para silenciar as tensões ligadas às divisões em diferentes regiões do país durante o Estado Novo.

As discussões acerca da separação ocorrem não apenas entre as regiões norte e sul de Mato Grosso, mas também da criação de outros territórios ao longo do país, dividindo estados conforme discurso da Escola Superior de Guerra ao longo dos anos 1950. Bittar (BITTAR, 2009, p. 269) ressalta que esta concepção de Estado, articulada pela Escola Superior de Guerra estava alinhada com uma concepção territorial muito influenciada pelas reflexões provocadas pelos desdobramentos da Guerra Fria na América Latina e no Brasil principalmente ao longo dos anos 1950. Dentre as personagens neste período, Bittar (1997) destaca a figura de Juarez Távora que em seus trabalhos de geopolítica apontava para vários vazios demográficos existentes no país, sobretudo para aqueles da região Centro-Oeste que, por ser uma região de fronteira, caracterizava-se como um ponto estratégico importante para a defesa e para a coesão nacional.

Távora, além dos vazios demográficos também criticava “o fato de que em certas zonas do país ‘as populações praticamente desconhecem a existência do governo regional, como expressão de organização, de apoio, de estímulo, de eficiência. Talvez só a sintam através dos aspectos coercitivos da autoridade’” (BITTAR, 1997, p. 270).

Não por coincidência, essa era a forma pela qual a Liga Sul-Mato-Grossense se referia aos grupos que controlavam politicamente o estado de Mato Grosso durante a década de 1930, elemento esse que motivaria o apoio da banda setentrional de Mato Grosso ao movimento constitucionalista de 1932 que resultou na criação (ainda que de curta duração) do estado de Maracaju. (BITTAR, 1997)

Juarez Távora, por sua vez, havia percorrido o território mato-grossense em 1924 e, posteriormente, como parte da Coluna Prestes, segundo Marisa Bittar (2009, p. 272). A proximidade das ideias de Távora daquelas da Liga-Sul-Mato-Grossense estavam tão de acordo que, em seus estudos, o novo estado também deveria se chamar Maracaju e “não mais comporia o Centro-Oeste, mas a região Sul do país, que seria constituída por São Paulo, Rio Grande do Sul, Iguazu e Maracaju” (BITTAR, 2009, p. 272)

O que é importante destacar aqui são as formas com que, mesmo existindo movimentos locais em defesa da separação entre as porções norte e sul de Mato Grosso, os encaminhamentos tomados no âmbito político não dialogavam com esses. Apesar de várias ideias, como a da criação do estado de Maracaju, estarem de acordo com aquilo que, por exemplo, a Liga-Sul-

Mato-Grossense desejava, isso não significa que, em nível institucional, nas câmaras legislativas estadual e federais, os debates políticos dialogavam com estas demandas locais.

Além da instituição dos vários territórios federais durante o Estado Novo e destacando as políticas adotadas especificamente no sul de Mato Grosso, é importante ressaltar a “Marcha para o Oeste” visando reforçar a presença do Estado brasileiro naquelas regiões fronteiriças. Além da instituição dos territórios federais já citados, o governo Vargas também instituiu a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o Instituto Nacional do Mate (INM) e a Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF), conforme explica Jocimar Lomba Albanez (ALBANEZ, 2013)

Entretanto, a região mais ao sul do Mato Grosso Uno, conhecida atualmente como o “Cone Sul” de Mato Grosso do Sul, passou por um processo de formação e ocupação distinto daquele observado na região onde a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, atuou. Albanez (2003) trata de algumas especificidades do processo de formação e ocupação não-indígena da parte correspondente ao atual “Cone Sul” de Mato Grosso do Sul, região na qual Itaquiraí está inserida.

Entre o final do século XIX e década de 1940, o ESMT, quase que por completo, pertenceu à empresa de Tomáz Larangeira e a base da economia era essencialmente ervateira. O mapa a seguir, que explica a divisão política do ESMT – expressão empregada para situar o leitor geograficamente e com interesse em representar a porção meridional em relação aos atuais municípios de Ponta Porã e Dourados, região também chamada por Roberto Cimó Queiroz de “Amambai Histórico” (QUEIROZ, 1999). No caso, Itaquiraí se encontra na parte nordeste desta região.

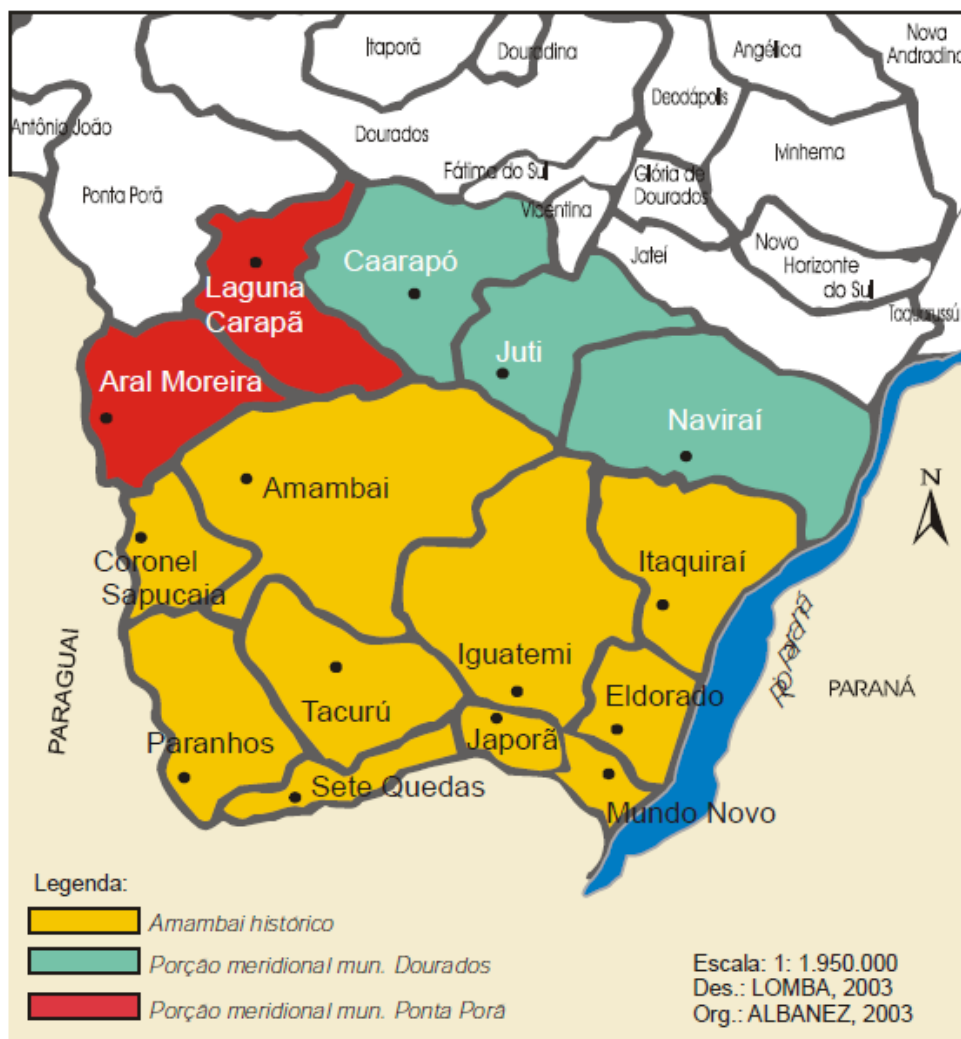
Para tal fim, tomaremos emprestado a expressão “Extremo Sul de Mato Grosso” (ESMT), utilizada pelo autor, com o intuito de destacar a região mais ao sul do antigo estado de Mato Grosso. Esta denominação servirá como balizamento possibilitando recuar ou avançar no tempo em relação aos contextos históricos relativos ao processo de emancipação do município de Itaquiraí.

A hegemonia da Matte Larangeira, portanto, foi enfraquecida pelas políticas adotadas durante o Estado Novo e, também, pela introdução das frentes pioneiras no Extremo Sul de Mato Grosso. Entretanto, regiões diferentes do ESMT foram também ocupadas por ações distintas. Por exemplo: a consolidação da “Colônia Agrícola Nacional de Dourados” (CAND) foi contemplada pela “Marcha para o Oeste” desde o início Estado Novo.

A doutrina de nacionalização das fronteiras brasileiras, [...], efetivada em ações estratégicas como a instituição do Território Federal de Ponta Porã, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (a CAND), do Instituto Nacional do Mate (INM) e da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF). [...] traduziam no ideário da famosa “Marcha para Oeste”, atingiram em cheio as pretensões da Matte. (ALBANEZ, 2013, p. 17).

Apesar de utilizarmos a expressão “Extremos Sul de Mato Grosso” (ESMT) para se referir à região destacada no mapa como “Amambai histórico”, também conhecida hoje como “Cone Sul” de Mato Grosso do Sul, o mapa utilizado a seguir representa parte do atual estado de Mato Grosso do Sul, utilizando as divisões políticas constituídas até o ano de 2003. O objetivo é tratar de elementos do passado ainda anteriores aos da criação do estado de Mato Grosso do Sul, instituído a partir de 1977, mas sem perder de vista os contornos políticos atuais da região em destaque.

Mapa nº 1 – O Extremo Sul de Mato Grosso (Divisão Política em 2003)



Fonte: (Albanez, 2003, p. 36)

O mapa apresentado tem por objetivo destacar três regiões específicas, conforme a legenda do mesmo: regiões ao sul dos municípios de Ponta Porã e de Dourados e a região classificada por Albanez como Amambai histórico mais ao sul. A escolha da representação cartográfica evidencia uma região que, durante meados do século XX, mais especificamente, entre as décadas de 1940 e 1970 passaram por um processo de ocupação empreendido principalmente por colonos paulistas e paranaenses, processo esse específico daquele percebido nas regiões mais ao norte do ESMT.

A ocupação da região identificada como “Amambai histórico” recebeu principalmente migrantes dos estados de São Paulo e Paraná. Quanto a região de Dourados, esta recebeu atenção de políticas de povoamento do Centro-Oeste adotadas durante o Estado Novo e, seu processo ocorreu posteriormente à da ocupada pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Portanto, apesar da existência de políticas públicas e de uma concepção de Estado que pensava uma política de fronteiras e de ocupação de supostos “vazios demográficos”, estas ações não fizeram parte do mesmo movimento que levaram à criação da CAND (ALBANEZ, 2003).

Entre o período de 1940 e 1970, Albanez (2003) indica a existência de um grande hiato historiográfico em relação àquilo que se passou na região durante estas quatro décadas. O autor destaca que existe uma grande lacuna de pesquisas históricas entre o início da “Marcha para o Oeste” e o começo dos processos de emancipações políticas do ESMT a partir dos anos 1970.

Estas ações tomadas pelo Estado Novo estavam de acordo com a concepção de Estado idealizada naquele período que se baseava no conhecimento científico do território e do controle estatal sobre o mesmo. A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938 correspondia às expectativas da ditadura varguista. No sentido de se efetivar o conhecimento de determinadas regiões, de promover a ocupação humana regiões estratégicas e de fronteira e também de fomentar um sentimento de um país “uno, integrado, a pregação da unidade nacional e a concepção territorialista do Estado Nacional baseada no domínio absoluto do território pelo Estado”. Percebemos a prática das ideias nacionalistas dentro do Estado Novo que “estava em consonância com o lema nacionalista cultuado à época, ‘a conquista do Brasil pelos brasileiros’” (BITTAR, 2009, p. 265).

Com o fim do Estado Novo em 1945, vários dos encaminhamentos adotados por Vargas foram desfeitos, um desses foi a da criação do Território Federal de Ponta Porã. Para Bittar (2009), a extinção do Território Federal talvez tenha sido positiva para os objetivos da Liga

Sul-Mato-Grossense pois, caso contrário, talvez deixasse de existir motivos para a manutenção do movimento divisionista.

Importante destacar também que o centro político da Liga era a cidade de Campo Grande que servia de contraponto, a Cuiabá. Como Campo Grande foi excluída do Território Federal de Ponta Porã, a criação do Território Federal contribuiu para esvaziar e desmotivar a atuação da Liga. Ainda, segundo Bittar (2009), possivelmente a extinção do mesmo após a Constituinte de 1946 foi positiva para os interesses dos separatistas. Pois:

Tanto o território Federal de Ponta Porã (1943-1946) quanto a Colônia Agrícola de Dourados consistiam em estratégias dirigidas a incrementar o povoamento daquela região fronteiriça do Brasil e, caso não tivesse sido extinto o Território que volveu a Mato Grosso, provavelmente o divisionismo teria perdido a sua bandeira, pois, como continuar a reivindicar uma unidade federativa no sul de Mato Grosso se ali já existia o Território Federal? (BITTAR, 2009, p. 286).

Os sulistas da Liga eram favoráveis à separação desde o início dos anos 1930 defendendo que pertenciam à região que possuía a maior produção econômica do estado e que a contribuição tributária dada pelos municípios do Sul era desproporcional aos investimentos que o Norte concedia para a região. Segundo Bittar (2009, p. 291) e considerando que naquele período as votações se baseavam mais na região de origem do representante político do que na filiação partidária, percebe-se um aumento expressivo na representatividade política dos sulistas entre 1947 e 1962 na câmara estadual e que, mesmo “Corumbá, cidade ambígua na identificação regional da época, culturalmente identificada com o Norte, acabou agregada ao sul” (BITTAR, 2009, p. 291).

Nas câmaras federais, o norte mato-grossense foi maioria entre os anos de 1947 e 1950 (apesar da pequena diferença), sendo superado pelos sulistas entre os anos de 1954 e 1958. Bittar destaca a não participação de Corumbá neste debate.

Essa discussão acerca da representatividade política de acordo com a região, assim como os dados apresentados na tabela a seguir, são importantes para compreendermos que mesmo o sul de Mato Grosso elegendo representantes políticos em quantidade expressiva, tanto em nível federal, quanto em nível estadual, estes representantes não estavam em sintonia com a demandas da Liga Sul-Mato-Grossense. Apesar da expressividade do sul de Mato Grosso entre meados da década de 1940 e início da década de 1960, a separação entre norte e sul não era um debate do Poder Legislativo mato-grossense.

Quadro 1: Parlamentares do Poder Legislativo Estadual e Federal considerando regiões Norte, Sul e Corumbá em Mato Grosso

| REPRESENTAÇÃO FEDERAL – ESTADUAL POR REGIÃO (1947 – 1962)¹³ | | | | | | | | |
|---|-------|------|------|------|---------|------|-------|------|
| Ano | Norte | | Sul | | Corumbá | | Total | |
| | Est. | Fed. | Est. | Fed. | Est. | Fed. | Est. | Fed. |
| 1945 | --- | 03 | --- | 02 | --- | --- | --- | 05 |
| 1947 | 10 | 01 | 16 | - | 04 | 01 | 30 | 02 |
| 1950 | 11 | 04 | 16 | 02 | 03 | 01 | 30 | 07 |
| 1954 | 10 | 02 | 18 | 05 | 02 | --- | 30 | 07 |
| 1958 | 12 | 02 | 17 | 04 | 01 | 01 | 30 | 07 |
| 1962 | 12 | 03 | 16 | 03 | 02 | 02 | 30 | 08 |
| Total | 55 | 15 | 83 | 16 | 12 | 05 | 150 | 36 |

Fonte: (BITTAR, 2009)

Durante a década de 1950, uma figura que se destacou juntamente com a de Távora foi a de Golbery do Couto e Silva que foi um dos defensores da construção da nova capital federal no “coração geográfico” do país. Para Golbery, o posicionamento geográfico de Brasília atendia necessidades de segurança, integração e interiorização nacional. Se uma das grandes questões propostas pela Escola Superior de Guerra era a de se ocupar grandes vazios demográficos, a construção de Brasília atendia de forma pragmática e simbólica a essas questões (BITTAR, 2009).

É importante destacar que Távora e Golbery, assim como o general Ernesto Geisel, foram assessores importantes do marechal Humberto Castelo Branco (primeiro militar a ocupar a presidência do país após o Golpe de 1964) e compartilhavam de parecidas concepções ligadas à configuração territorial do país. Posteriormente, na presidência do país, Geisel teria condições para efetivar essas noções de territorialidade já discutidas durante vários anos. Um exemplo importante desta consonância de ideias foi a “fusão Guanabara – Estado do Rio de Janeiro que se enquadrou perfeitamente no panorama geopolítico desenhado por Golbery” (BITTAR, 2009, p. 284)

Outro elemento curioso é o da representatividade política no Poder Executivo de Mato Grosso considerando um intervalo de tempo parecido. A representatividade política sulista era maior sendo que nas eleições de 1947, 1950, 1960 e em 1965, ora PSD/Sul, ora a UDN/Sul

¹³ Fonte: NÓVIS NEVES, M. Manuela Renha de. Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso), p. 179.

estava no poder; ao passo que apenas nas eleições de 1955 o norte de Mato Grosso chegara ao poder com a UDN/Norte.

O presidente eleito em 1960 e natural de Campo Grande respondeu a uma comissão de separatistas que “Esta tesoura corta o meu coração!” (BITTAR, 2009), se referindo à imagem que foi utilizada pelos integrantes do Movimento Divisionista de Mato Grosso como forma de manifestar a questão da separação entre as porções sul e norte do estado mato-grossense que simbolizava os anseios do MDM e que está reproduzida abaixo:

Imagem 1: Imagem de Divulgação do Movimento Divisionista de Mato Grosso



Fonte: (BITTAR, 2009)

Novamente, o que se colocava em questão, agora pelo Movimento Divisionista de Mato Grosso, era a importância dada pelo poder político em nível institucional para o sul do estado.

Para o MDM, dividir o estado, multiplicaria o desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso, considerando que a riqueza produzida na região, permaneceria na região (BITTAR, 2009).

Importante destacar também que o Movimento Divisionista de Mato Grosso não representava a opinião da maioria da classe política deste período destacado. A separação entre sul e norte de Mato Grosso não estava na pauta de Jânio Quadros, nos fazendo crer que, enquanto candidato, Quadros estava mais em sintonia com as forças políticas regionais do estado de Mato Grosso daquela época do que com aquelas concepções de Estado brasileiro discutidas por Távora e por Golbery, por exemplo.

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, pelo menos a partir das ações tomadas pelo Poder Executivo em nível federal no final da década de 1970, foi gestada ao longo de vários anos, se considerarmos o trabalho de figuras como Távora, Golbery e Geisel, por exemplo. Ainda assim, cabe a reflexão de que estas intenções materializadas apenas no final da década de 1970, mas que já estavam em discussão desde a Assembleia Constituinte responsável pela Constituição de 1934, não ecoavam nos poderes legislativos federais e estadual de Mato Grosso (BITTAR, 2009).

Curiosamente, a sorte dos interessados na divisão entre sul e norte de Mato Grosso residia na instalação da ditadura civil-militar no Brasil e, principalmente no governo do general Ernesto Geisel, já que seus antecessores (Castelo Branco, Costa e Silva e Médici) deram mais centralidade para as características coercitivas impostas pela ditadura e pela implementação do “milagre brasileiro”. Outro aspecto que acabou favorecendo os separatistas foi o de que, como se tratava de um regime ditatorial, Geisel prescindia da aprovação popular ou da classe política para cumprir seus objetivos, diferentemente de Jânio Quadros, por exemplo que precisava do apoio político das elites do Sul e do norte mato-grossenses, por exemplo.

De fato, a separação não se deu por participação popular. Se pudermos destacar o envolvimento de algum grupo externo ao governo do general Geisel, este grupo seria a Liga Sul-Mato-Grossense que estava inativa desde o ano de 1934, após o fracasso em incluir a pauta do divisionismo na Constituinte do Governo Provisório de Vargas, sua força foi abafada e a mesma não pôde se manter na luta política no contexto da criação e extinção do Território Federal de Ponta Porã (BITTAR, 2009).

Apesar de todo o interesse, o Movimento Divisionista de Mato Grosso (MDM) não consegue grande expressividade. Mesmo num cenário onde a representatividade política sulista

no estado era maior nas câmaras estadual e nas federais e mesmo no contexto da iminente eleição de um presidente natural de Campo Grande (Jânio Quadros) que não poderia comprometer os apoios políticos que conquistara. Apesar disso, “As intenções de Geisel reaqueceram a causa divisionista que, aliás, andava esmorecida” (BITTAR, 2009). Por isso, a Liga, temendo que o mandato de Geisel findasse sem a divisão do estado, foi reativada por iniciativa de Paulo Coelho Machado e atuou a partir da

Estratégia que consistia em ‘provocar os cuiabanos para que eles reagissem’, criando, assim, falsos ‘atritos’ para ‘acelerar o processo’. Pequenas querelas [...] depois de noticiadas, eram enviadas a Geisel pelos divisionistas, para convence-lo que, de fato, havia hostilidades entre a população das duas regiões. (BITTAR, 2009, p. 307).

Apesar do governo federal que instituiu o estado de Mato Grosso do Sul pouco ter dialogado com movimentos políticos relacionados ao divisionismo, tais como a Liga Sul-Mato-Grossense e o Movimento Divisionista, isso não significa que, no âmbito da política institucional a parte setentrional do Antigo Mato Grosso não era representada. Como observado anteriormente, o sul do Antigo Mato Grosso possuía maior representação nas câmaras legislativas estadual e federais (BITTAR, 2009).

1.3 O Sul do Mato Grosso Uno e Itaquiraí

Para Albanez, o sul do Antigo Mato Grosso ou do atual Mato Grosso do Sul é uma região rica em possibilidades de pesquisa, produção historiográfica com diferentes recortes. No caso de Itaquiraí, uma das mais ricas encontradas sobre a temática é o trabalho de João Edimilson Fabrini (1995) que trata de aspectos históricos ligados à ocupação da região que deu origem ao município e que também trata da relação do trabalhador sem-terra na região.

Fabrini (1995) diz que, antes de se tornar município, Itaquiraí pertenceu a Miranda a partir de 1890, a Nioaque em 1898, fez parte da jurisdição de Ponta Porã depois de 1912, passou para o município de Amambai em 1948, e ao município de Iguatemi em 1963. Anteriormente, pertenceu à Companhia Matte Larangeira. Finalmente, com o lançamento da Lei nº 75 de 12 de maio de 1980, Itaquiraí tornou-se município.

Foi a partir da compra do “lote Itaquirahy” por João Paulo Cabreira e Geraldo Fernando Fidélis que se deu o loteamento do mesmo em 58 lotes menores. Esses lotes menores,

arrendados para trabalhadores paulistas e paranaenses se valorizaram explorando a extração madeireira que, ao longo da duração dos contratos de arrendamentos, permitiu o início de atividades agrícolas, tais como a do plantio do algodão.

Os parcelamentos não ocorreram com muita frequência e a regra foi a venda integral dos lotes. Como um exemplo dos poucos parcelamentos de latifúndios que ocorreram, podemos citar o lote *Itaquirahy* [...] Inicialmente havia facilidade de aquisição destes pequenos lotes, já que o proprietário do loteamento tinha interesse na vinda de outras famílias que proporcionavam cada vez mais, valorização de suas terras. (FABRINI, 1995, p. 57 e 58).

Fabrini (1995) considera que em meados do século XX, a ocupação do atual sul de Mato Grosso do Sul se deu a partir do desenvolvimento da pecuária. A aquisição de terras na região aconteceu mediante concessão de vendas de lotes pelo próprio Estado, contribuindo para a colonização de Itaquiraí. “Em 1957, com um grupo de sitiantes do Estado de São Paulo (Rancharia), que adquiriram pequenas propriedades na Gleba Itaquiraí de João Paulo Cabreira, um grande proprietário de terra que loteou uma de suas propriedades (lote Itaquirahy) ” (FABRINI, 1995, p. 9).

Nesse sentido, o início da colonização de Itaquiraí, segundo Fabrini se deu a partir das “frentes pioneiras” durante a década de 1950 com grande ênfase na atividade pecuária dentro de grandes propriedades rurais. Ao final da década de 1960 percebe-se maior participação do estado brasileiro neste processo:

Levando sempre em consideração o elemento histórico, procuramos demonstrar que a ocupação da região sul de Mato Grosso do Sul ocorre mais intensamente com a "marcha pioneira", época em que as terras devolutas já haviam sido apropriadas e não ocupadas por uma classe de proprietários de terra, residentes nas áreas de colonização mais antigas. A maioria deles possuía objetivos especulativos, pois apropriaram-se de terras cobertas por florestas que seriam revendidas, mais tarde, a fazendeiros paulistas e paranaenses, principalmente. É neste momento que a terra é ocupada e explorada para fins produtivos com a atividade pecuária, logo após a derrubada das matas; é, também, este o momento inicial do surgimento do trabalhador sem-terra, pois a maioria deles partiu de regiões ‘velhas’ para trabalhar na derrubada das matas e formação de pastagens, como peões e arrendatários, e por isso tiveram acesso periódico à terra, já que deveriam deixar o lote após a formação das pastagens, quando arrendatários; e, quando peões, não mantinham nem mesmo esse vínculo. (FABRINI, 1995, p. 5).

A atuação das frentes pioneiras, para Fabrini (1995) atendiam tanto às necessidades de ocupação dos vazios demográficos comum às regiões de fronteira do Centro-Oeste, quanto às

necessidades de desenvolvimento das relações precárias capitalistas na região. Outro elemento importante a se destacar sobre a especificidade da região são os conflitos entre os participantes das “frentes pioneiras” com os posseiros que já estavam instalados, ainda que de forma reduzida, principalmente às margens do rio Paraná.

Como no sul de Mato Grosso do Sul praticamente não existiam estradas de rodagem que permitissem a movimentação do gado através de caminhões, até a década de 60, de modo geral os animais eram transportados a pé até os portos do Rio Paraná e embarcados para as invernadas ou frigoríficos de São Paulo. Em 1965, havia 22 empresas que faziam o transporte no Alto Paraná (Guaíra-Presidente Epitácio), com uma frota de 70 barcos e chatas, destacando a frota do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, que possuía quatro chatas boiadeiras e, juntas, possuíam uma capacidade de transporte de até 1.200 bois magros ou 800 gordos, gastando 24 horas na descida e 50 horas na subida Guaíra-Epitácio. (FABRINI, 1995, p. 53-54).

Outro elemento significativo para compreendermos o povoamento da região que posteriormente se tornaria o município de Itaquiraí e, dentro do contexto da economia pecuária, é o das atividades ligadas ao corte de madeira.

O escoamento da produção era feito pelo Rio Paraná e sua comercialização em Presidente Epitácio e Guaíra. Mais tarde, com a instalação de serrarias (final das décadas de 1960 e 1970) na pequena vila, muitos trabalhadores começaram a deslocar-se para Itaquiraí, atraídos pela possibilidade de trabalho nas serrarias e nas fazendas. Vinham principalmente do noroeste do Paraná (Umuarama, Icaraíma, Cruzeiro do Oeste etc.) e do oeste paulista (P. Prudente, P. Epitácio, Rancharia, Andradina, etc.), dando início à formação da cidade de Itaquiraí. Processo semelhante ocorreu na formação das cidades de Eldorado e Naviraí. (FABRINI, 1995, p 60 e 61).

Com o fim dos arrendamentos, as terras abertas após a derrubada de árvores, serviram para a introdução da pecuária na região e, será nesse contexto que aqueles trabalhadores ligados à atividade madeireira, deram origem para o trabalhador sem-terra, pois foram esses trabalhadores que saíram de outras localidades para trabalhar na abertura de terras para a criação de animais e que, concluída estas atividades, perdiam vínculo com a terra (FABRINI, 1999).

A partir do início da implementação do estado de Mato Grosso do Sul, percebe-se a movimentação destas forças da política institucional no estado recém-criado. Esta leitura é possível quando analisamos a quantidade de municípios emancipados a partir da criação do estado de Mato Grosso do Sul, no caso, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

As tabelas a seguir, representam, num primeiro momento a quantidade de municípios existentes no estado até o início da década de 1980 e, na tabela seguinte, quais os municípios

criados em Mato Grosso do Sul entre os anos de 1980 e 1981, acompanhando o intervalo de tempo em que Itaquiraí foi emancipada politicamente de Iguatemi.

Para além do expressivo aumento na quantidade de municípios em um espaço de tempo muito curto, é importante também levarmos em consideração como a criação destes municípios acabam criando novas demandas administrativas a partir da ocupação dos espaços de poder na política institucional em várias localidades do estado.

Quadro 2: Municípios e Emancipações Políticas de municípios pertencentes ao atual Mato Grosso do Sul até 1980

| Municípios de Mato Grosso do Sul até o ano de 1980 | | | |
|--|---------------------|------------------------------|---------------------|
| Município | Data da emancipação | Município | Data da emancipação |
| 1. Água Clara | 08/02/1954 | 28. Glória de Dourados | 11/11/1963 |
| 2. Amambai | 28/09/1948 | 29. Guia Lopes da Laguna | 14/05/1946 |
| 3. Anastácio | 08/05/1965 | 30. Iguatemi | 08/05/1965 |
| 4. Anaurilândia | 25/04/1965 | 31. Inocência | 04/04/1959 |
| 5. Angélica | 13/05/1976 | 32. Itaporã | 10/11/1953 |
| 6. Antônio João | 12/05/1965 | 33. Ivinhema | 11/11/1963 |
| 7. Aparecida do Taboado | 15/01/1949 | 34. Jaraguari | 18/01/1954 |
| 8. Aquidauana | 18/12/1906 | 35. Jardim | 11/12/1953 |
| 9. Aral Moreira | 01/02/1977 | 36. Jateí | 11/11/1963 |
| 10. Bandeirantes | 20/06/1965 | 37. Ladário | 17/03/1954 |
| 11. Bataguassu | 12/01/1955 | 38. Maracaju | 07/09/1928 |
| 12. Batayporã | 12/11/1963 | 39. Miranda | 07/10/1871 |
| 13. Bela Vista | 20/06/1908 | 40. Mundo Novo | 01/02/1977 |
| 14. Bonito | 02/10/1948 | 41. Naviraí | 11/11/1963 |
| 15. Brasilândia | 25/04/1965 | 42. Nioaque | 18/07/1890 |
| 16. Caarapó | 31/01/1963 | 43. Nova Andradina | 01/01/1959 |
| 17. Camapuã | 30/09/1948 | 44. Paranaíba | 10/07/1857 |
| 18. Campo Grande | 26/08/1899 | 45. Pedro Gomes | 22/05/1965 |
| 19. Caracol | 14/11/1963 | 46. Ponta Porã | 18/07/1912 |
| 20. Cassilândia | 03/08/1954 | 47. Porto Murtinho | 13/06/1911 |
| 21. Corguinho | 11/12/1953 | 48. Ribas do Rio Prado | 19/03/1944 |
| 22. Corumbá | 05/07/1850 | 49. Rio Brillhante | 01/01/1930 |
| 23. Coxim | 11/04/1898 | 50. Rio Negro | 09/05/1965 |
| 24. Deodápolis | 13/05/1976 | 51. Rio Verde de Mato Grosso | 16/12/1953 |
| 25. Dourados | 20/12/1935 | 52. Rochedo | 01/01/1949 |
| 26. Eldorado | 13/05/1976 | 53. Terenos | 10/01/1954 |
| 27. Fátima do Sul | 11/12/1963 | 54. Três Lagoas | 08/08/1915 |

O período entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é uma época em que grande número de municípios dentro de Mato Grosso do Sul conquistam as suas emancipações políticas, resultado das transformações nas relações de poder resultantes da formação do estado. Se tomarmos como base apenas o período entre 1980 e 1981, observamos que a quantidade de municípios passa de 54 para 63, nesse espaço de tempo, a quantidade de municípios cresce, aproximadamente 15% e são emancipados os municípios de Bodoquena, Costa Rica, Douradina, Itaquirá, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru e Taquarussu.

A tabela a seguir, apresenta datas dos processos emancipatórios em Mato Grosso do Sul entre 1980 e 1981, contribuindo para a percepção de como o período após a criação do estado alterou a configuração política no estado.

Quadro 3: Municípios de Mato Grosso do Sul emancipados no início da década de 1980

| Municípios de Mato Grosso do Sul entre 1980 e 1981 | | | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|
| Município | Data da emancipação | Município | Data da emancipação |
| 1. Bodoquena | 13/05/1980 | 6. Selvíria | 16/06/1981 |
| 2. Costa Rica | 12/05/1980 | 7. Sete Quedas | 22/06/1981 |
| 3. Douradina | 12/05/1980 | 8. Tacuru | 22/06/1981 |
| 4. Itaquirá | 13/05/1980 | 9. Taquarussu | 16/06/1981 |
| 5. São Gabriel do Oeste | 17/06/1981 | | |

Para Fabrini (1995), os anos de 1970 em Itaquirá se caracterizaram pelo intenso corte de madeira. A região no final da década contava com mais de vinte serrarias. O declínio da atividade causado pelo desmatamento provocou importante recessão econômica somente superada pelo assentamento de famílias sem-terra.

A história de Itaquirá entre o final dos anos de 1980 e primeiras décadas do século XXI, se confunde muito com a história dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Contendo vários assentamentos dentro dos limites municipais, a região tem como característica a grande quantidade de famílias assentadas através da Reforma Agrária. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017), entre os doze assentamentos presentes em Itaquirá criados entre os anos de 1989 e 2007, encontram-se 2.632 famílias assentadas¹⁴. Essa dimensão será desdobrada mais adiante quando daremos atenção à memória e história local.

¹⁴http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1 [acesso em 15/10/2017]

Para concluir o presente capítulo, colocamos alguns elementos concernentes à história do Sul do Mato Grosso Uno e de Mato Grosso do Sul pensando em certos aspectos, que influenciaram no processo de emancipação do atual município de Itaquiraí.

Importante ressaltar como os movimentos interessados na criação de um novo estado a partir da porção meridional mato-grossense não possuem relação direta com a política institucional daquele período. Durante o século XX, percebemos este aspecto em diversos momentos como, por exemplo quando:

- Vargas não cede à questão da criação de um novo estado durante a construção da Constituição de 1934, mesmo com os debates referentes à territorialidade nacional. Ao invés da criação de um novo estado, durante o Estado Novo institui-se o Território Federal de Ponta Porã, tanto como forma de atender às políticas de fronteiras e à política da “Marcha para o Oeste” daquele período quanto para abafar aquelas tensões do início dos anos 1930 à época da tentativa de se implementar o estado de Maracaju pela Liga Sul-Mato-Grossense.
- O Sul de Mato Grosso tendo maior representatividade política nas câmaras estadual e federal durante os anos 1950 e 1960, a divisão do estado não era uma pauta central dos parlamentares sulistas. Embora as intenções de se construir um novo estado a partir de movimentos, essa discussão não se fazia presente nem no Poder Legislativo estadual, nem nas câmaras federais.
- Jânio Quadros, atendendo às forças políticas que o apoiariam na campanha presidencial no final dos anos 1950, não apoia a demanda do Movimento Divisionista de Mato Grosso. Aqui cabe a seguinte reflexão: a reação do então candidato à presidência Jânio Quadros, deixa claro que essa não era uma demanda daquelas pessoas que estavam no poder.
- A unilateralidade na criação do estado de Mato Grosso do Sul durante o mandato do general Ernesto Geisel, mesmo em consonância com as demandas divisionistas, não dialogava com as mesmas. Salvando as devidas proporções, percebe-se uma direção parecida com aquela adotada durante a criação do Território Federal de Ponta Porã durante o Estado Novo no sentido de que a administração Geisel instituiu o estado pensando em quais eram as suas concepções territoriais.

Ainda assim, em se tratando do processo de criação do estado de Mato Grosso do Sul no final dos anos 1970, as discussões acerca dos projetos identitários se fazem necessárias para que a partir desses, seja possível pensar como setores da sociedade se reconheciam e para que

seja possível perceber como se dão construções de memórias – em suas várias modalidades – que se fazem presentes nestas diferentes situações. A forma como se deu o processo de emancipação de Mato Grosso do Sul durante o governo do general Ernesto Geisel citada anteriormente não anula as intenções presentes naquele momento no sul de Mato Grosso desejosas pela criação do novo estado (BITTAR, 2009, p. 307).

2. ITAQUIRAÍ – MEMÓRIA E HISTÓRIA

Em se tratando do processo de criação do estado de Mato Grosso do Sul no final dos anos 1970, as discussões acerca dos projetos identitários, nesse capítulo, tornam-se necessárias para que a partir delas, seja possível pensar como os indivíduos se reconheciam e como elaboravam projetos de memórias.

Por isso, escolhemos as narrativas através da história oral, como forma de escrever e reescrever o processo de emancipação de Itaquiraí. Analisando diferentes reminiscências nos foi possível perceber tanto os aspectos que indicam quais foram as especificidades desse evento, quanto elementos que contribuíram para a construção de memórias políticas, de memórias históricas e até mesmo o de identificar memórias silenciadas nesse processo histórico observado no atual município de Itaquiraí.

Com interesse em interpretar esse episódio, tomamos como referência narrativas orais de indivíduos e/ou de grupos que testemunharam o processo de emancipação política do município na época.

Cabe entender como a memória utiliza como referências contextos. Entende-se aqui por contexto, uma cena acabada e pronta. Entretanto, as experiências por detrás destes contextos variam de indivíduo para indivíduo e também variam de acordo com a época (HALBWACHS, 2003).

Nesse sentido, é importante entender que a memória está sujeita a transformações conforme a pessoa e conforme a época em que ela é construída. A construção do fato histórico tem que levar em consideração estas variantes, mas ela se dá em um outro tempo, que não é nem o humano, nem o físico das *hard sciences*. O tempo histórico é construído a partir do diálogo com as fontes. Daí a necessidade de se considerar as aproximações entre as narrativas de memória com a produção acadêmica conhecida até então (VEYNE, 2008).

2.1 Memórias Itaquiraenses

Neste trabalho, dialogamos com narrativas de memória produzidas por cidadãos itaquiraenses de diversas formas. Dessas narrativas de memória, constam cinco entrevistas que foram realizadas pela Fundação de Cultura de Itaquiraí no ano de 2011, duas entrevistas produzidas durante o desenvolvimento desta pesquisa e dois livros escritos pela memorialista

Ivania Donin. Em um dos exemplares, ela trabalha com memórias locais e, no outro, com poesias.

Nos livros, a autora escreve sobre temas significantes para ela sendo que, ao trazer diversos relatos sobre sua trajetória de vida, permite diversos paralelos importantes com episódios relacionados à história de Itaquiraí, tais como fatos políticos ligados a emancipação do município e que consideramos importantes para este trabalho.

A Fundação de Cultura de Itaquiraí, situada dentro do espaço ocupado pela Escola Municipal Jardim Primavera, dispõe, além de outros materiais, de um acervo sobre a história de Itaquiraí que conta, além das narrativas gravadas em vídeo¹⁵, com digitalizações de documentos oficiais, fotografias avulsas ou contidas em álbuns fotográficos e revistas sobre o município de Itaquiraí. Praticamente todo o acervo sobre história de Itaquiraí, da Fundação de Cultura foi montado a partir da doação de objetos por moradores do município.

A única fonte oral que citaremos o nome é o da senhora Ivania Donin dos Santos pois, como seus relatos estão impressos em livros encontrando-se em domínio público, não existe razão para que a autora não seja mencionada. Outro interesse é em valorizar a obra dela, considerando todo seu esforço como memorialista da história local.

As informações oriundas dos relatos de memória e as possíveis interpretações a que nos propusemos, nos levam em direção ao que Fabrini (1999) e Albanez (2003) apresentaram em suas pesquisas. Entender a formação de Itaquiraí como município tem raízes mais profundas. E só é possível avaliar esse processo a partir da análise de experiências de indivíduos que participaram desse momento, especialmente, porque, estamos os considerando como agentes sociais construtores de suas próprias histórias.

O que foi colocado acima é importante para a compreensão do processo histórico vivido pelas pessoas na região de Itaquiraí. Ademais, por se encontrar na contramão da história oficial, baseada geralmente em “heróis históricos”. Outra questão fundamental e que merece destaque são os níveis de percepções desses indivíduos no contexto de revisão da história local e regional. A nossa preocupação consiste em partilhar esses dados com aqueles que ocupam lugar no Ensino de História da Educação Básica – tema que será tratado no próximo capítulo.

¹⁵ Durante o tratamento das fontes, decidimos que, por questões éticas, não mencionar o nome das pessoas entrevistadas pela Fundação de Cultura e os nomes dos entrevistados ao longo de nossa pesquisa. Outro fator que condicionou esta decisão foi a solicitação de uma das pessoas que nos concedeu entrevista que pediu para que seu nome não fosse mencionado. Para além disso, estamos considerando as questões legais e princípio de ética estabelecidas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Ao nos predispormos a trabalhar com relatos de memórias sobre a formação do município de Itaquiraí, levamos em conta que a construção dessas reminiscências se dá por meio de vivências individuais. Além disso, essas construções de memórias também se dão por meio de trocas de experiências, e também de fatos narrados e compartilhados entre os agentes que habitam o local.

Ao debruçarmos sobre as narrativas orais relativas a Itaquiraí, nos foi possível perceber que o sentimento de identificação com o lugar de boa parte dos agentes sociais é muito forte. E os episódios ligados a emancipação se aproximam do conceito de memória coletiva elaborado por Halbwachs (2003), sobretudo quando ele fala de reelaborações de eventos passados que ficam gravados nas lembranças dos grupos.

De acordo com os relatos de memória, estes sentimentos de identificação têm diversas origens: no estabelecimento da colônia rural, ou na presença e atuação das serrarias que desmataram áreas que deram possibilidade para a criação de campos utilizados para a agricultura e a pecuária, nas ocupações de terras mobilizadas por trabalhadores rurais ou se valendo das movimentações da população exigindo que o distrito de Itaquiraí se separasse do município de Iguatemi.

Sobre estas percepções, Pollak dá algumas pistas que nos permitem dialogar com alguns relatos conhecidos por habitantes itaquiraenses:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p. 4).

A história do município nos leva a considerar que a consolidação da emancipação passou pelas determinações de grupos políticos e pelas elites locais que, ao longo dos anos, imprimiram em suas memórias, discursos sobre Itaquiraí.

Na cidade existem lugares (ruas, praças, nome de escolas, por exemplo) relacionados àquilo que Michael Pollak entende como memórias que se ancoram em pontos invariáveis, ou seja, fixos e imutáveis. Diante desta projeção, o que se pretende é ouvir as vozes daqueles que participaram do processo de emancipação do município, visando, em momento posterior, disponibilizar os dados da pesquisa para a sala de aula, voltados para o Ensino de História na Educação Básica, como já mencionamos anteriormente.

É consenso entre a população o nome das grandes figuras políticas locais responsáveis pela emancipação política e pelas importantes obras públicas. Os grandes empreendedores aparecerem de maneira expressiva entre as narrativas orais. Para muitos moradores locais, foram os empreendedores que impulsionaram o desenvolvimento econômico do lugar, criando condições para que Itaquiraí aumentasse o número de habitantes e daí a conquista da emancipação.

Com respeito às vozes do trabalhador rural, aquele do corte da madeira, do trabalhador sem-terra; as narrativas surgem de modo sutil, o que denota pouca visibilidade atribuída a esses grupos.

Neste sentido, as memórias políticas e históricas sobre Itaquiraí acabam por suplantam uma “memória esquecida” que, poderia ser incluída entre as narrativas ligadas a emancipação do município. No entanto, parece que elas não oferecem elementos pensados significativos para a sustentação de uma história legitimada ao longo de anos por grupos elitistas.

A construção da “memória oficial” de Itaquiraí, identificada na Fundação de Cultura revela que a percepção sobre o processo de formação do município passa pelo episódio político da emancipação e também pelas personagens que ocuparam papel de centralidade, tais como o prefeito, o deputado, os vereadores que compuseram a primeira legislatura.

O município institucionalizado politicamente no início dos anos 1980 faz parte de todo um processo de configuração dos espaços políticos e do estabelecimento de relações de poder do recente estado de Mato Grosso do Sul. O processo está ligado a divisão do estado no final da década de 1970 e que, logo em seus primeiros anos, observamos a criação de uma quantidade considerável de municípios durante o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Maurice Halbwachs (2003) ao discutir sobre as interações entre memória coletiva e memória individual, esclarece que um indivíduo não precisa efetivamente participar de um determinado evento para que o mesmo se aproprie de uma determinada memória coletiva. Para ele, é o sentimento de identificação com o grupo que compartilha que determinará como a mesma ecoará na memória individual (HALBWACHS, 2003).

O autor também propõe relações entre uma memória histórica e uma memória social, princípios que também nos permitem compreender melhor as construções de memórias existentes em Itaquiraí. Sobre memória coletiva e memória histórica, Halbwachs diz:

Haveria, portanto, motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por

exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas, a história da nossa vida faz parte da história em geral. (HALBWACHS, 2003, p. 73).

Halbwachs trata de como a memória individual se estabelece a partir do reconhecimento de uma memória construída a partir de processos exteriores ao indivíduo: uma memória social ou uma memória histórica. É importante fazer a reflexão sobre como o indivíduo se insere dentro de processos exteriores a ele e como o indivíduo se reconhece, estabelece identificações a partir das relações com a coletividade.

Halbwachs na obra “Memória Coletiva” ao narrar sobre sua primeira viagem a Londres e os passeios realizados por lá sozinho, argumenta que apesar de fisicamente estar só, é o sentimento de identificação com o conteúdo [lugar] e com as pessoas que produziram sentimentos de pertença com o lugar.

Muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava na cidade de Dickens [...] por um instante adoto seu ponto de vista [...] e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho (HALBWACHS, 2003, p. 31)

Quando Halbwachs passeia por Londres e vê a “cidade de Charles Dickens”, experimenta a sua memória individual sobre os romances do autor. De forma parecida, quando as pessoas comungam com a memória coletiva do chamado à resistência de De Gaulle, a memória que consolidou sobre o evento é aquela que foi produzida pelas pessoas que participaram do evento. De forma parecida, quando a Fundação de Cultura de Itaquiraí sustenta uma “memória oficial” sobre o surgimento e desenvolvimento do município atrelada a determinadas aos “grandes heróis políticos” e às “famílias tradicionais”, ela reproduz uma memória já consolidada e reproduzida através dos anos.

Pensar a investigação de determinado aspecto da história política do município, permite vários desdobramentos teórico-metodológicos no que se refere à articulação de conceitos caros à pesquisa historiográfica, tais como a memória. Pollak (1989) e Halbwachs (2003) apresentaram possibilidades para que possamos interpretar os projetos de identificação e de memórias da população de Itaquiraí.

Ambos os autores, oferecem ferramentas teóricas viabilizando a análise e a desconstrução acerca das trajetórias e/ou impressões cristalizadas pela história oficial do município ao pensarmos nos percursos pelos quais a construção de diferentes memórias e identidades se dão.

Pierre Nora (1993) apresenta uma discussão da diferença entre memória e história e, isto nos interessa também. Para o autor, “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Paul Veyne diz que "a história é filha da memória" (VEYNE, 2008, p.13). Adotamos esta expressão como forma de chamar a atenção para a narrativa de acontecimentos sobre o episódio da emancipação política de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi. A consolidação política de Itaquiraí é um fato político conhecido, legitimado e institucionalizado ao longo de todo um processo político que destacou alguns personagens e que, contribuiu para a construção, dentro daquilo que Pollak (1989) e Halbwachs (2003) categorizam, de memória política e memória coletiva – categorias de memórias que a população se apropria e reproduz como sendo a História de Itaquiraí.

Outro aspecto importante ao discutirmos a perspectiva de Veyne e Michel de Certeau a respeito da construção de conhecimento em história, é a ideia de história enquanto intriga. Assim, entendemos intriga enquanto sinônimo de enredo ou de trama literária, porém, diferentemente da narrativa ficcional, a história enquanto campo do conhecimento interessada na especificidade dos acontecimentos individuais (VEYNE, 2008), se coloca enquanto um "romance verdadeiro", baseado em fontes que possibilitem a análise dos acontecimentos.

Em "A Operação Historiográfica" Certeau (2015) logo de início colocou uma pergunta fundamental:

Quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar? Ele seria, nesse caso, um fujão; cederia a um alibi ideológico se, para estabelecer o estatuto do seu trabalho, recorresse a um alhures filosófico, a uma verdade formada e recebida fora dos caminhos pelos quais, em história, todo sistema de pensamento está referido a 'lugares' sociais, econômicos, culturais etc. (CERTEAU, 2015, p.46).

A discussão proposta por Michel de Certeau entra em ressonância com aquilo que Paul Veyne (2008) também discute, quando compara a história, enquanto conhecimento sublunar, à

ciência física. Veyne trabalha com a ideia de que na história não é o conjunto de regras e suportes teóricos que a explicam, mas sim, os fatos que os dão forma para a teoria.

A física é um corpo de leis e a história é um corpo de fatos. A física [...] é o corpus das leis que servirão para explicar esses fatos; [...] Para o historiador não é assim; [...] ela [a história] seria o corpus dos fatos que explicariam essas leis (VEYNE, 2008, p.19)

Ao pesquisar sobre as narrativas elaboradas por algumas pessoas em Itaquiraí que vivenciaram a época de sua emancipação política, percebemos muito daquilo que Paul Veyne articula quando diz que: "uma constipação que Luís XIV tenha tido não é, apesar da sua realeza, um acontecimento político, mas diz respeito à história sanitária da população francesa (Veyne, 2008, p.31).

Em se tratando de memórias coletivas, Paul Ricoeur quando dialoga com Halbwachs, expõe o seguinte:

Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. "Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem." (RICOEUR, 2007, 131)

Maurice Halbwachs argumenta que a memória individual se organiza a partir daquilo que foi vivenciado em grupo e que deu conta de estabelecer memórias coletivas. O indivíduo se define a partir do grupo. Sendo assim, a construção de narrativas de memórias, necessariamente, passa por um processo de identificação com o grupo no qual o indivíduo se insere. Pensar memórias políticas em Itaquiraí que reforçam uma "história oficial" passa diretamente pela discussão de quais são os projetos de identificação existentes no município.

Para Pollak (1992) a constituição da memória individual ou coletiva se dá primeiramente através de acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo lugar, pelos acontecimentos vividos pelo grupo de pertença e, que mesmo a pessoa não tendo participado, é uma memória intrínseca àquele indivíduo e até mesmo acontecimentos que, por conta do sentimento de pertença e de identificação, a pessoa se apropria daquela memória mesmo o evento tendo acontecido gerações antes daquela vivenciada por ele. Pollak dá um exemplo desta "memória por herança" quando:

Numa série de entrevistas que fizemos sobre a guerra na Normandia, que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e foi a primeira a ser libertada, encontramos pessoas que, na época do fato, deviam ter por volta de 15,16,17 anos, e se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos (casques à pointe). Ora, os capacetes pontudos são tipicamente prussianos, do tempo da Primeira Guerra Mundial, e foram usados até 1916, 1917. Era, portanto, uma transferência característica, a partir da memória dos pais, da ocupação alemã da Alsácia e Lorena na Primeira Guerra, quando os soldados alemães eram apelidados de 25 "capacetes pontudos", para a Segunda Guerra. Uma transferência por herança, por assim dizer. (POLLAK, 1992, p. 3).

2.2 Os anos anteriores à emancipação política

As primeiras famílias oriundas do estado de São Paulo que chegaram em Itaquiraí a partir da década de 1950, conseguiram se estabelecer na região praticando agricultura de subsistência.

Entre os relatos coletados durante a pesquisa, o de A.G.L é o de uma pessoa que se mudou para Itaquiraí em 1961 acompanhando membros da sua família que ali já trabalhavam desde o início dos anos 1950. A.G.L. e sua família participaram do processo junto de várias outras famílias vindas do estado de São Paulo. Segundo A.G.L.:

A história pra vir pra cá foi do meu sogro. Ele conversava muito com a turma dos Carminatti que hoje em dia tão tudo falecido né? Aí eles tavam falando que tinham comprado terra pra cá. Até que esse patrimônio foi eles quem pegaram aí ele veio ver a terra. Ele veio pra cá em 52 e aí resolveu de comprar a terra aqui. (A.G.L.)

Ao longo de sua narrativa, A.G.L. conta mais sobre as condições de vida presentes nas propriedades rurais e sobre as atividades desenvolvidas como no caso da “lavoura branca” que era o cultivo do algodão, que deu espaço para o cultivo do café:

Cada qual tinha sua terrinha. [...] Então cada um trabalhava. [...] Agora aqueles dos Bianchi trabalhavam todos juntos lá na colônia. [...] A gente veio pra trabalhar com a lavoura. Era mais lavoura branca até chegar o tempo de plantar café. Aí depois plantamos café. Quando [ênfatizando] sobrava, a gente vendia esses produtos e senão era só para sobreviver. Porque a gente plantava mais pouco, não tinha muita força de trabalho também. (A.G.L.)

A.G.L também nos dá algumas informações valiosas a respeito dos serviços disponíveis em Itaquiraí durante seus primeiros anos de residência na região:

Não existia nada [se referindo a pontos de comércio]. Tinha que mandar vir ou de Epitácio, ou quando o Antônio de Mello ia pra Guaíra e que ele pegava lá e comprava e trazia pra gente e quem começou com mercado foi o Antônio de Mello. Não existia farmácia. A gente tinha que trazer os remédios. Sempre tinham aqueles que sabiam aplicar injeção e davam alguma experiência pra gente e a gente ia fazendo. (A.G.L.)

Esse último trecho de A.G.L. trata também das formas como muitas vezes bens de consumo chegavam em Itaquiraí. No caso, o caminho de determinadas mercadorias era o do rio Paraná e os produtos normalmente vinham de Presidente Epitácio, no estado de São Paulo, ou de Guaíra, no Paraná.

Entre as narrativas, um outro elemento interessante dessa época é o da ausência de população indígena na região. A.B.L., ao se referir ao sogro, conta que “ele nunca falou de índio. Ele falou que tinha muito paraguaio. Mas índio mesmo, não.” (A.B.L.). Ao longo de seu relato, A.B.L. não volta a falar sobre indígenas em Itaquiraí.

Entretanto, quando conversamos com M.C.O., surgem outras impressões relacionadas à população indígena em Itaquiraí, pois

Existia uma escolinha antes [da Leopoldo Dalmolin, compreendida como a primeira escola oficialmente fundada no município], naquela época falavam que iam os índios e as pessoas que fundaram a escolinha antes da Leopoldo. [...] Era uma escola meio assim... da população... parecia que existia índio junto também. [...] Eu cheguei bem depois também. [...] Não lembro onde eu vi isso daí (M.C.O.)

Como M.C.O. era profissional da Educação Básica até que se aposentasse, aproveita para se aprofundar no assunto dizendo:

Então. Eu sei que na época foi falado a respeito disso [temáticas sobre História e Cultura indígena]. E sempre foi trabalhado na escola, os professores procuram trabalhar a respeito de Itaquiraí e eu não vejo trabalharem a respeito disso. Né? Só trabalham a respeito dos primeiros moradores e tal e não colocam sobre isso, né? (M.C.O.)

O relato de M.C.O., apesar de breve, aponta para a existência de população indígena em Itaquiraí que nunca aparece nos relatos ditos “oficiais” sobre a história do município. Infelizmente, o relato de M.C.O. é o único que sinalizou uma resposta positiva sobre população indígena em Itaquiraí ou, considerando a possibilidade, que diferenciava população indígena

de população paraguaia. Além disso, sua fala traz críticas às formas como a história local “dos primeiros moradores” ganha destaque entre os relatos sobre Itaquiraí.

Outro elemento importante e que merece destaque é o da presença de estabelecimento de ensino antes da fundação da escola Leopoldo Dalmolin, primeira escola constituída pela administração pública que, por sua vez, tem sua criação associada às figuras políticas que puderam vincular suas imagens à sua fundação.

Com o passar dos anos, a extração de madeira se intensificou. O período em que a atividade madeireira se tornou mais expressiva foi ao longo da década de 1970. É a atividade madeireira que não só motiva a vinda de pessoas para a região de Itaquiraí antes da emancipação política, mas também, abre espaço para que outras relações se desenvolvessem dentro de Itaquiraí, enquanto distrito de Iguatemi:

A gente veio através de um amigo que queria por uma madeireira [...] Viemos! No meio de mato. Quando eu vim aqui tinham umas 18 madeireiras, mas eu não sei certo. Na entrada era madeireira, na praça era madeireira, ali onde era o Posto Sete era madeireira. A maior madeireira era dos Dalmolin. Tinha do dal Pai, tinha o seu João. Tinha muita madeireira, eu não sei todos os nomes. Lá em cima, em frente ao fórum, tinha uma madeireira, o seu Ivo também tinha uma madeireira, aqui o seu Aldo Farina, Ilídio que foi pro norte, tinha a Vaz em frente ao escritório da Vânia [...] (M.A.T)

Por meio dos relatos analisados, percebemos que Itaquiraí, se desenvolvia por meio da atividade madeireira, outras atividades econômicas se mantinham, como no caso da produção de algodão que, segundo A.C.N., foi a primeira atividade agrícola a ser explorada de forma ampla na região. A.C.N. explica como esse processo se dava:

[...] quando eu cheguei aqui, eu vim influenciado pelas serrarias. Elas deram muito serviço. As serrarias iam tirando a madeira e o povo ia fazendo roça, aí tinham os arrendamentos. Não sei se você já ouviu falar nos “alagoanos”, por exemplo. Então eles tinham uns oito, dez arrendatários fortes, bem-sucedidos então eles pegavam uma fazenda que tinham 50 alqueires que tinham tirado tora, aí eles derrubavam, limpavam e faziam roça. Essa roça, a maioria dela, era algodão. Essa foi a principal produção. [...] Esses arrendatários, cada um, faziam os barraquinhos pra vinte, trinta famílias, e as famílias trabalhavam colhendo no arrendamento pra eles. Toda produção era paga pelo que eles faziam, então. Quando chegou num ponto que as roças foram fracassando, eles já tinham que deixar o capim plantado pros fazendeiros usar pro gado. [...] E as serrarias funcionando. Isso veio até quando terminou essa colheita de algodão, que veio uma praga que era chamada bicudo e foi quando entrou a plantação de soja. (A.C.N.)

Vários dos relatos apontam para a grande quantidade de empresas madeireiras na região. Com a intensificação do negócio, a população aumentou e a paisagem se transformava. Segundo Ivania Donin:

Vi que a terra mista formava grandes bancas de areia, onde os caminhões que buscavam toras no mato, passavam, afundando os pneus. Estes eram muitos, devido as mais de dezoito madeireiras que existiam aqui. Também vinham os caminhões de fora para buscar as madeiras serradas. Em todas as madeireiras haviam as colônias de casas dos funcionários, e na zona rural, existiam arrendamentos principalmente na fazenda Itasul. Por esse motivo, a cidade era muito movimentada e a maioria do comércio ficava aberto até no domingo à tarde. (DONIN, 2010, p. 102)

Fabrini (1999) ao discutir a origem do trabalhador rural sem-terra na região analisa bem o processo indicado pelo relato de A.C.N. ao apontar que é a partir da escassez do trabalho na atividade madeireira, ou nas atividades agrícolas que vai se produzir uma massa desempregada e despossuída na região. É a partir destas pessoas que, mais tarde no final da década de 1970, percebe-se contradições advindas das relações de trabalho dando origem a episódios, tais como a da ocupação da fazenda Baunilha, no final da década de 1970, ocupação essa, exigindo a desapropriação de terras, seguida de assentamento de famílias conhecida como Guatambu.

O relato de T.C. ressalta a origem das pessoas que participaram desse processo de ocupação: “Ela [a invasão] foi uma iniciativa de alguns comerciantes da época [...] Praticamente todos eram de Itaquiraí. Muito pouca gente veio de fora naquela época. Pode-se dizer que 90% do povo era daqui.” (T.C.).

Essa foi a primeira invasão que existiu. Nessa época ainda era distrito de Iguatemi. Ela foi em agosto de 1979. O pessoal fez essa invasão e como tinha tido uma invasão já no país que o povo tinha batizado como Guatambu, batizaram o nome dessa também como Guatambu. Só que esse pessoal não teve sorte, eles não foram assentados aqui. O governo levou eles pro norte do Mato Grosso, mas muitos não ficaram lá. (T.C.)

Ivania Donin narrou quais foram as primeiras impressões que seu irmão Gilmar teve sobre Itaquiraí quando sua família se instalou no então distrito de Iguatemi, em 1977, logo após a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Durante seu relato, dona Ivania conta:

Eu olhei em volta e vi as ruas com muita areia, também muita fumaça no ar, devido aos restos de madeiras e montes de pó de serra que eram queimados nos pátios das serrarias. Tudo tão diferente do que eu tinha imaginado. Fiquei triste e senti um gosto amargo na boca. Uma sensação estranha. (DONIN, 2010, p. 101)

Além da descrição do cenário, o sentimento negativo de ter que se instalar num lugar novo era compartilhado com o irmão “Eu entendi perfeitamente tudo o que ele falou. Lembrei da mesma sensação que senti quando saímos de Cerro da Lola e chegamos em São João.” (Donin, 2010, p. 101).

Um questionamento que se levanta sobre o trabalhador sem-terra durante o final da década de 1970 e que a ocupação conhecida como Guatambu traz como possibilidade é quem eram os trabalhadores rurais e das serrarias naquela época? Frequentemente, as atividades madeireiras e da agricultura são associadas às famílias proprietárias das terras e àquelas proprietárias das serrarias, mas nunca aos trabalhadores destas empresas. Por exemplo: durante seu relato, M.C.O. afirma que quem trabalhava nas serrarias eram os proprietários das mesmas e suas famílias.

Entretanto, em alguns relatos, estes trabalhadores apenas aparecem enquanto números, ou quando se destaca a quantidade de famílias que vivia nos pátios das serrarias em que trabalhavam. O que destacamos é como as memórias históricas a respeito de Itaquiraí acabam remetendo à determinados grupos que possuem algum destaque social na região de Itaquiraí e como o “trabalhador comum” não é percebido como sujeito durante aquilo que a sociedade de Itaquiraí busca compreender como parte de sua história.

Tratar de narrativas que contam sobre o processo de formação do município é importante para abrir espaço interpretativo sobre os contextos em que Itaquiraí buscou sua emancipação, pois um dos pontos que motivaram a emancipação de Itaquiraí se relaciona com a arrecadação de impostos e como esses não se traduziam em investimentos para o município, o interesse pela ruptura aparece conforme as impressões a seguir:

[...]o povo, no caso, eles estavam muito saturados [...] Não que a gente tenha nada contra o município de Iguatemi. Mas o povo de Itaquiraí tava muito sofrido e meio com ódio de Iguatemi porque toda a arrecadação que vinha aqui. Que era arrecadada daqui, era construída obras em Iguatemi. [...] O povo de Itaquiraí se sentia humilhado. Quando chegou energia em Iguatemi, o prefeito de lá mandou motores pra funcionar. Pra funcionar das 19 horas, até as 23 horas. Então Itaquiraí queria se emancipar. Foi uma grande vantagem. (A.C.N)

Ao tomarmos como base a narrativa oral acima, daremos agora início ao processo de emancipação política do município em questão.

2.3 Sobre a emancipação política

O processo de emancipação de Itaquiraí, acompanhando as transformações decorridas do processo de criação do estado de Mato Grosso do Sul se deu a partir das ações de elites políticas locais interessadas em ocupar espaços dentro do poder político.

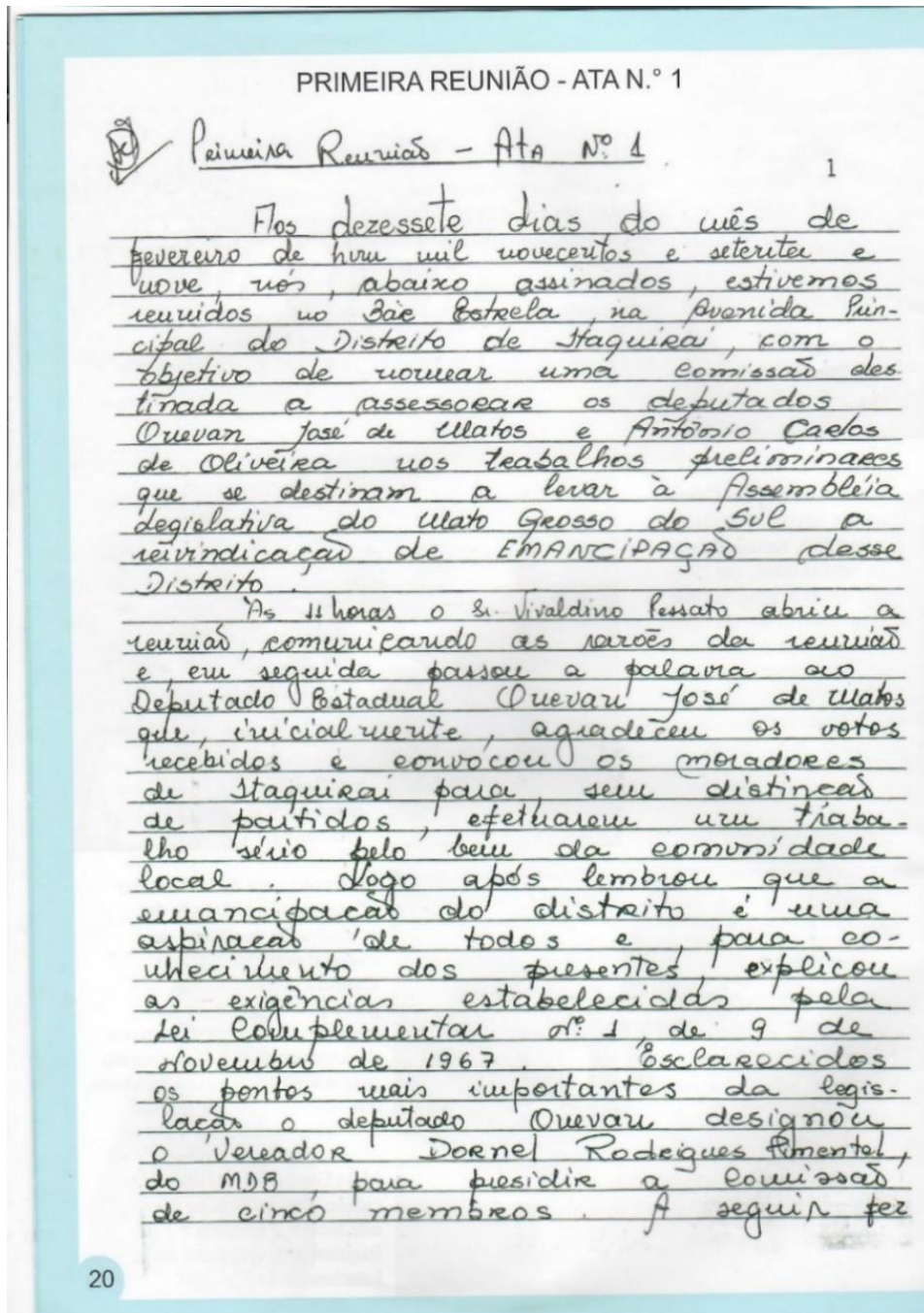
O processo pelo qual Itaquiraí atravessa durante o estabelecimento do município é similar ao observado em outras regiões do recém-criado estado. Anteriormente, buscamos compreender como esse período entre o final dos anos 1970 e 1980, o estado de Mato Grosso do Sul, criado por ato político do general Geisel, ainda estava em fase de se organizar institucionalmente e como, este período também se caracterizou pela emancipação política de várias regiões, estado afora. Ainda assim, apesar das similaridades, cabe entender quais foram as especificidades das demandas locais relacionadas ao processo político impresso na região.

Por isso, é imprescindível compreender, a ação dos habitantes itaquiraenses no processo de construção e de reconhecimento da construção da cidade e, também, como se deu a partir do movimento que ela acontece e se desenvolve. Essas pessoas se reconhecem a partir daquilo que é produzido em suas experiências (trabalho, laços familiares, atividades cotidianas, etc.) e imprimem isso em seus relatos de memória.

Por exemplo, segundo o relato oferecido por T.C., as exigências da população itaquiraense em emancipar o distrito em relação ao município de Iguatemi não se deu de forma harmoniosa, pois

Iguatemi que era a sede implicou muito. Eles chegaram a entrar com um advogado pra tentar derrubar [a emancipação]. A maior fonte de renda do município era Itaquiraí [...] por causa da arrecadação de ICMS Iguatemi tentou reverter a emancipação política através de ação judicial. O mesmo advogado contratado por Iguatemi, conseguiu “derrubar” a emancipação de Vicentina em relação a Fátima do Sul. (T.C.)

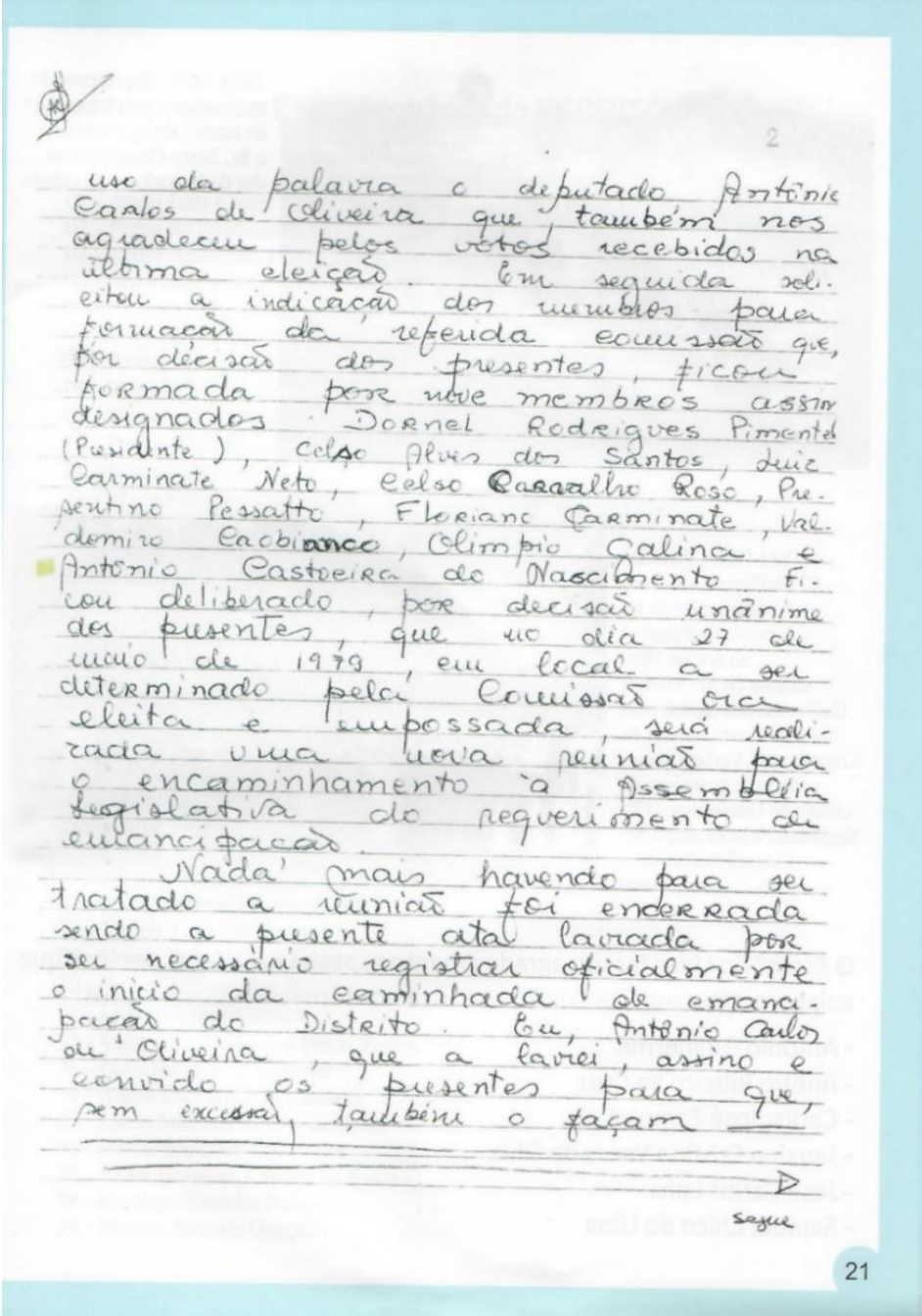
Apesar de reconhecermos a ação de agentes ligados à política institucional, notórias por meio da personalização de suas ações, como a do próprio processo de institucionalização da emancipação política, a atuação de determinados sujeitos, normalmente presentes nos relatos de memórias e nos álbuns fotográficos antigos, não são os responsáveis para que o município aconteça, mas sim a partir os habitantes que ali estavam presentes.

Figura 3: Ata nº1¹⁶

Fonte: Escritório Líder. 40 anos de existência crescendo com Itaquiraí – 2016, Itaquiraí. (Texto de revista)

¹⁶ A imagem acima e a outra a seguinte fazem parte da edição comemorativa de 40 anos de criação do Escritório Líder, escritório de contabilidade situado em Itaquiraí e reproduzem a ata redigida em 17/02/1979 que trata de uma reunião chamada e organizada pela comunidade itaquiraense para debater a questão da emancipação política do distrito em relação a Iguatemi. Apesar da ata fazer referência a presença de personagens políticos daquele período no evento, é importante entender que a realização da mesma atendia aos interesses da comunidade local ou, pelo menos, dos grupos no poder de Itaquiraí.

Figura 4: Ata nº1



use da palavra o deputado Antônio Carlos de Oliveira que também nos agradeceu pelos votos recebidos na última eleição. Em seguida selecionou a indicação dos membros para formação da referida comissão que, por decisão dos presentes, ficou formada por nove membros assim designados: Dornel Rodrigues Pimentel (Presidente), Celso Alves dos Santos, Luiz Carmine Neto, Celso Casarvalho Rosa, Pedro Henrique Pessatto, Floriano Carmine, Valdemiro Cabianco, Olimpio Galina e Antônio Castoieira do Nascimento. Ficou deliberado, por decisão unânime dos presentes, que no dia 27 de maio de 1979, em local a ser determinado pela Comissão ora eleita e empossada, será realizada uma nova reunião para o encaminhamento à Assembleia Legislativa do requerimento de emancipação.

Nada mais havendo para ser tratado a reunião foi encerrada sendo a presente ata lavada por ser necessário registrar oficialmente o início da caminhada de emancipação do Distrito. Ou, Antônio Carlos de Oliveira, que a lavou, assinou e convidou os presentes para que, sem excusar, também o façam.

D
 segue

21

Fonte: Escritório Líder. 40 anos de existência crescendo com Itaquirai – 2016, Itaquirai. (Texto de revista)

Compreender as relações desenvolvidas por estas pessoas nos permite narrar uma história que nem isola o processo político de Itaquirai de contextos mais amplos e necessários para a compreensão de história de Mato Grosso do Sul e nem recai no erro de se cristalizar uma “História Oficial”, ou uma “História Total” de Itaquirai, dentro daquilo que Veyne (2008) nos adverte.

Essa discussão é imprescindível no sentido de que, ao ignorarmos leituras de realidade de agentes históricos, corremos o risco de reafirmarmos uma “História Total”.

Nesse sentido, propusemos alguns problemas e limites importantes para a construção do conhecimento histórico quando não nos contentarmos com esta narrativa sobre a história de Itaquiraí. Dentro da perspectiva que propusemos onde “é impossível descrever uma totalidade e toda a descrição é seletiva; o historiador não revoga nunca o mapa do acontecimental, ele pode quando muito multiplicar os itinerários que o atravessam” (VEYNE, 2008, p.45).

Para que o processo de emancipação política de Itaquiraí fosse aceito, inicialmente aconteceu uma votação popular consultando a opinião da comunidade sobre o ponto. A.G.L., sobre o tema fala que:

Bom... Aqui teve festa. Festa teve bastante. Até teve o Marcelo Miranda que veio pra cá. A mulher do Onvevan veio pra cá, que nós fomos votar tudo na escolinha. E um pouco de festa eles faziam porque não tinha outro jeito de agradar o povo acho... [...] Ai não tô lembrado qual que foram os primeiros de tudo não [tentando se lembrar do interventor Antônio Martins que governou até as primeiras eleições]. Porque antes do Santos Tomazelli ser prefeito tinha outro que tinha ficado no lugar dele de suplente, né? Mas não era o prefeito. Depois que foi o Santos Tomazelli. (A.G.L.)

Por mais que se busque narrar uma história, independentemente do tema escolhido, o resultado é sempre uma seleção de fatos contados a partir de um determinado ponto de vista. Ainda dialogando com a impossibilidade de uma “História Total”, Veyne nos conta (e propõe o desafio) que a narrativa historiográfica não trata de seus temas de forma completa, pois é impossível chegar a uma “história elementar” do episódio estudado:

[...] Na história, como nos teatros, mostrar tudo é impossível, não porque seriam necessárias muitas páginas, mas porque não existe fato histórico elementar, átomo acontecimental. Se se deixam de ver os acontecimentos nas suas intrigas, somos aspirados pelo turbilhão do infinitesimal. [...] Então, no interesse da ciência, descrever tudo? Experimente. (VEYNE, p. 43 – 44)

Por exemplo, ao longo do relato de T.C., várias das ações adotadas concomitantemente ao processo de emancipação política do município, estavam de acordo com toda uma política de se tentar associar o processo de separação política a determinados personagens como é possível perceber quando:

Dia 12 de maio [de 1981] saiu a lei de emancipação de Itaquiraí. Marcelo Miranda que era o governador veio à Itaquiraí em 13/05 formalizar a emancipação, por conta disso, o aniversário do município é comemorado no dia 13 e não no dia de criação da lei, dia 12 de maio. (T.C.)

Outro ponto importante, não apenas para reafirmarmos o elemento da personalização política reforçado durante o processo de criação do município, mas também para propormos a reflexão de como a emancipação de Itaquiraí foi pensada aproveitando o sentido dado para o da criação do estado de Mato Grosso do Sul.

A fotografia reproduzida a seguir, além de trazer a personagem do deputado estadual Onevan de Matos discursando em um palanque em Itaquiraí, em uma cerimônia posterior à emancipação política e acompanhado de outras personagens políticas daquele período, no momento da emancipação política, também apresenta uma faixa com os dizeres “Conquistamos um estado. Vamos construí-lo”.

Figura 5: Comício celebrando a emancipação de Itaquiraí em 13/05/1981



Fonte: Acervo Fundação de Cultura de Itaquiraí

É importante analisar como a criação do estado e a necessidade de construí-lo é vinculada à criação dos novos municípios. Como se os processos de emancipações políticas observados durante os primeiros anos de implementação do estado de Mato Grosso do Sul estivessem em consonância com as concepções políticas do general Geisel quando este, em 1977 decretou a criação do estado e como se as lideranças políticas locais representassem e ecoassem o discurso do Poder Executivo Federal.

Na fotografia, a emancipação de Itaquiraí é associada à criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Como se a comemoração da criação do novo município estivesse vinculada à criação de um novo estado, ignorando as tensões locais contrárias às emancipações políticas, como aconteceu no caso entre Iguatemi e Itaquiraí.

Mesmo Itaquiraí não tendo sido o único município emancipado politicamente no intervalo de tempo entre 1980 e 1981, é importante a reflexão de que “a história não se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas pela especificidade” (VEYNE, 2008, p. 41).

Ou seja, o fato político da emancipação política de Itaquiraí, apresenta similaridades com o dos outros oito municípios do estado emancipados entre 1980 e 1981, se levarmos em conta o contexto da criação do estado de Mato Grosso do Sul e da reconfiguração das relações de poder político no estado.

Porém, tratar dessas similaridades não dá conta de esclarecer as especificidades relacionadas às emancipações políticas de Bodoquena, Costa Rica, Douradina, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu e, é claro, de Itaquiraí foco desta pesquisa.

Via de regra, percebe-se a presença de personagens políticos na região Sul de Mato Grosso do Sul interessados na emancipação política do distrito de Itaquiraí. Entretanto, um dos pontos que discutiremos é o de como várias das condições para a emancipação política de Itaquiraí partiram também da população da região ou, senão, pelo menos de uma parte desta população.

Durante o trajeto percorrido ao longo desta pesquisa, muitos dos documentos e relatos de memória analisados estavam disponíveis no acervo da Fundação de Cultura de Itaquiraí. Além de um importante acervo documental sobre história de Itaquiraí, entendemos que a Fundação de Cultura do município se constitui num importante espaço de memória dentro do município dentro daquilo que Pierre Nora (1993) propõe, pois mesmo a Fundação possuindo documentos em seu acervo que remetam ao início da ocupação paulista e paranaense entre as

décadas de 1950 e 1970, a maior parte do acervo documental acaba se referindo a dois episódios específicos: o da emancipação política e ao aniversário de cinco anos de emancipação política do município em relação à Iguatemi.

Para Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (Norra, 1993, p. 13)

No caso de Itaquiraí, pensar a Fundação de Cultura enquanto lugar de memória, é importante pois a mesma acaba por reafirmar, a partir de seu acervo documental, a participação de determinados sujeitos políticos no processo de emancipação do município. A Fundação é uma das bases que sustentam a construção de uma memória histórica de como e quando se deu a separação política entre Iguatemi e Itaquiraí no início dos anos 1980 e também de uma memória política ao destacar determinados indivíduos e coloca-los na posição de protagonistas tanto no episódio da emancipação política, como nas comemorações dos cinco anos de emancipação política.

No caso, fica a construção de como a separação não se deu de forma espontânea, ou seja, o processo de emancipação política de Itaquiraí encontrou resistência da administração política do município de Iguatemi e como todo o processo de emancipação foi acompanhado por personagens da política institucional daquela época e compreendido como parte do processo de criação do estado de Mato Grosso do Sul poucos anos antes da criação do município em questão.

Ao nos referirmos às comemorações de cinco anos do município de Itaquiraí, é importante destacar a construção de como neste episódio, novamente a emancipação política de Itaquiraí é constantemente associada à criação do novo estado. Este episódio aparece em alguns momentos com uma intensidade até maior que a própria criação do município pois ele serviu de referência para legitimar a presença de elites locais na administração política do município.

Cabem algumas considerações sobre o que compreendemos por emancipação política e como o conceito pode ser compreendido pelos indivíduos que testemunharam o acontecimento

das emancipações de Mato Grosso do Sul em relação ao estado de Mato Grosso, e de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi.

Karl Marx na obra *A Questão Judaica* aborda os conceitos de emancipação política e de emancipação humana. Para o pensador, a forma como a burguesia, enquanto classe social, se consolidou após as rupturas em relação ao Antigo Regime e ao longo de todo o percurso atravessado por ela para se estabelecer politicamente e economicamente, foi revolucionária e lhe conferiu uma emancipação política mas sem conferir uma emancipação humana, ou plena, ou que possibilitasse dar conta da exploração do homem pelo homem; tarefa que para o mesmo é atribuída ao proletariado, única classe social que poderia ser verdadeiramente revolucionária no sentido de superar as condições de exploração das humanidade por ela mesma.

De forma simples, emancipação política normalmente se refere à aquisição de autonomia ou independência política em relação a uma outra unidade política, tal como observamos entre as porções norte e sul de Mato Grosso do no final dos anos 1970, ou entre o distrito de Itaquiraí e o município de Iguatemi no início dos anos 1980.

Entretanto, o que se observa, é que esta abordagem mais coloquial da ideia de emancipação política não se adapta ao modelo apresentado naquilo que Marx (MARX, 2010) em “*A Questão Judaica*” articula ao discutir os conceitos de emancipação política e emancipação humana, mas, ainda assim, nos permite compreender, de forma que seja possível delimitar as especificidades entre os processos ocorridos entre sul e norte de Mato Grosso e em Itaquiraí.

A questão que paira é a da possibilidade de se estabelecer algum paralelo entre a discussão oferecida por Marx, com a realidade observada em Itaquiraí, em seu processo de emancipação política em relação ao município de Iguatemi. Segundo Danilo Leite Moreira (2015), normalmente processos de emancipações políticas se baseiam nos seguintes tópicos elencados a seguir:

- Descaso da administração do município de origem;
- Existência de forte atividade econômica local;
- Grande extensão territorial do município de origem; e
- Aumento da população local

Salvando as devidas proporções, e estabelecendo um paralelo entre aquilo que os textos de Marx e a pesquisa de Moreira apresentam, pode-se discutir a ideia de emancipação política a partir das formas como uma determinada camada da sociedade propõe uma ruptura em relação

ao poder político dominante, justificando a mesma nas vantagens econômicas possíveis ou no fim da exploração exercida pelo grupo de dominância.

Ao nos voltarmos para o caso de Itaquiraí, percebemos que as pessoas que encaminham a demanda da emancipação política para a política institucional, são justamente as pessoas associadas às atividades das serrarias instaladas na cidade, essas responsáveis pela maior parte da produção de divisas dentro de Itaquiraí. Ao mesmo tempo em que, as camadas mais baixas da sociedade, endossam e cooperam com o projeto de emancipação política de Itaquiraí pois, com a separação entre os dois municípios, a arrecadação de impostos feita em Itaquiraí permaneceria dentro do novo município, beneficiando grande parte da população.

Cabe reforçar, ao nos referirmos à definição proposta por Marx, ao tratar da comparação entre emancipação política e humana, que as classes mais baixas da sociedade dentro de Itaquiraí não se beneficiaram economicamente na mesma medida em as classes dominantes do município.

Moreira apresenta outro elemento importante discutindo emancipações políticas municipais no Brasil, argumentando que “a população, junto à elite política, encontra na emancipação uma nova maneira de aumentar os recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias nas áreas da saúde, da educação, da segurança e dos serviços públicos afins. (Moreira, 2007, p. 21). É a partir daí que, ao nos voltarmos novamente ao caso de Itaquiraí, que com a promessa da emancipação municipal, surgem as possibilidades das grandes obras públicas de asfalto, do hospital, da escola, etc.

Se a autonomia política de Itaquiraí se institucionalizou no começo da década de 1980, ela se consolidaria a partir da comemoração dos cinco anos de emancipação política graças a uma série de ações que deram legitimidade para este processo, como a realização de eleições para os poderes Executivo e Legislativo municipais, “libertando” a administração política do município de interventores indicados indiretamente e da câmara de vereadores de Iguatemi e reafirmando os lugares de poder ocupados pela elite política de Itaquiraí e do novo estado de Mato Grosso do Sul dentro da política institucional.

3. ENSINO DE HISTÓRIA DE ITAQUIRAÍ E DE MATO GROSSO DO SUL: PROPOSTAS E PERSPECTIVAS

Durante a narrativa apresentada, discorreremos alguns aspectos elementares ligados a história de Mato Grosso do Sul com objetivo de contextualizar a história política de Itaquiraí. Ademais, tratamos de relatos orais que retratam tanto o processo de ocupação e formação do município quanto o encadeamento da emancipação que se inicia em fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

O foco nesse último capítulo será o de pensar desdobramentos dessa pesquisa nos trabalhos dentro da Educação Básica, visando atender desde a etapa do Ensino Fundamental I até o término do terceiro ano do Ensino Médio.

Nesse sentido, o que apresentaremos são exercícios de reflexão, visando introduzir discussões a respeito daquilo que pesquisamos sobre memória e história tanto de Mato Grosso do Sul, quanto de Itaquiraí. Para além disso, chamamos atenção também para conceitos como fato histórico, memória, tempo histórico que não são desdobrados, ou dificilmente são desdobrados de forma direta nos livros didáticos.

A intenção é sugerir aos docentes e discentes da Educação Básica uma revisão historiográfica na sala de aula, pois apesar das temáticas “Mato Grosso do Sul” e a história do município serem contempladas nos referenciais curriculares do estado, acabam negligenciadas. Especificamente, nos referimos às discussões a respeito de diversos temas e conceitos caros à história, e como já mencionado, importantes para a construção do conhecimento e sentidos de identificação na sala de aula.

Debater o campo da mediação do conhecimento como desafio frente aos diferentes saberes na sala de aula nos interessa. Pensar na reprodução dos conteúdos listados no currículo e como eles acabam refletindo na prática docente é importante nessa seção do trabalho.

Entendemos que alguns conceitos que adotamos durante a nossa narrativa, tais como os de memórias, história e identidades; podem ser úteis e necessários para a compreensão de contextos históricos e sua aplicabilidade no Ensino de História da Educação Básica. A elaboração ou reelaboração destes conceitos na docência, durante essa etapa de ensino, possibilita não só uma maior compreensão sobre a história enquanto narrativa, mas também sobre como a história é construída, ou seja, sobre como se dá a construção do fato histórico.

Outro elemento importante que destacamos nesse capítulo é o de consciência histórica

(Rüsen, 2011). Nesse sentido, cabe também discussões importantes para se pensar a Educação Básica, momento da formação onde se dá ênfase para a atuação protagonista do estudante.

Apresentamos esses pontos como reflexão, considerando que uma das motivações que nos levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, refere-se a uma situação recorrente encontrada no espaço escolar durante as aulas de História: a problemática que a história da região ou mesmo a do estudante “não existe”, ou “não é importante”. Desta forma, trazer essa preocupação como mote da pesquisa, é o que entendemos como contribuição para os estudos historiográficos acerca da história do Mato Grosso do Sul.

O que se percebe, levando em consideração as falas dos estudantes da Educação Básica, é uma forma de “ausência de história” e uma “ausência na história”. Por isso, observamos a necessidade em analisarmos projetos identitários e de memórias, com interesse em debatermos sobre como o estudante se coloca diante dessas questões. Retomamos a problemática dos projetos identitários que a política de divisão do estado se propôs a construir. Quem são os sul-mato-grossenses? É um projeto de identidade? Ou identidades?¹⁷

Daí a necessidade em se abordar algumas ponderações a respeito do papel do docente da disciplina de História na Educação Básica: como ele ou ela realiza a mediação entre a construção do saber histórico e modos como o estudante elabora níveis de percepções acerca de temas e conceitos caros à História?

Ressaltamos que mesmo com a proposição de determinados conceitos e dinâmicas a serem pensadas na prática do Ensino de História, o objetivo não é o de criar qualquer espécie de manual sobre Ensino de História. Muito menos o de estabelecer regras sobre como ensinar e pensar os diferentes pontos de reflexões durante o método de se ensinar a disciplina de História dentro das salas de aula. É preciso levar em consideração que é a pessoa que pratica a docência quem decidirá ou não por interpretar e atribuir sentidos para as reflexões apresentadas.

Compreendemos que, em se tratando de prática de ensino (em qualquer área) o indivíduo que media conhecimentos está situado numa posição de destaque capaz de observar como seus estudantes se relacionam com os conhecimentos apresentados durante os estudos.

Sendo assim, a docência se configura numa atividade que provoca reflexões importantes, como a da ideia de “saberes docentes” discutida por Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro que a compreende como uma forma de saber que:

¹⁷ A esse respeito ver Hall (2005), buscando avaliar como a identidade não é fixa e por isso é arquitetada.

Permite focalizar as relações dos professores com os saberes que dominam para poder ensinar e aqueles que ensinam, sob uma nova ótica, ou seja, medidas por e criadoras de saberes práticos, que passam a ser considerados fundamentais para a configuração da identidade e competência profissionais. (MONTEIRO, 2001, p. 123).

Faz-se necessário a abertura desse parêntese pois, ao pensar a atuação docente, isso levando em consideração desde aquele profissional que atua nos primeiros anos do Ensino Fundamental que, normalmente não é licenciado em História, até aquele com formação acadêmica na área; em ambos os casos, ao longo de suas trajetórias profissionais, elaboram e reelaboram suas práticas conforme suas experiências e conforme diferentes ferramentas de trabalho que encontram à disposição.

Por isso, não nos interessa apresentar um conjunto de condições, termos e procedimentos de forma acabada, cristalizada ou monolítica. Cabem aos docentes, baseados em suas percepções e experiências decidir como dialogar com as propostas que apresentaremos e que, repetindo, possuem caráter propositivo e que sempre podem ser reformuladas, conforme as suas necessidades de trabalho.

Durante o presente capítulo, retomaremos alguns aspectos desenvolvidos ao longo desta pesquisa, visando sugeri-los como pontos de reflexões e exercícios para o Ensino de História da rede de Educação Básica do município e outras escolas interessadas na produção historiográfica regional. Para tanto, apresentaremos algumas propostas de atividades pensando na aplicabilidade no espaço escolas.

3.1 Dialogando com a Educação Básica: alguns conceitos e considerações para o Ensino de História

Nessa seção, propomos algumas considerações sobre conceitos-chave para se pensar o Ensino de História na Educação Básica no Mato Grosso do Sul e, em especial, em Itaquiraí. A proposta consiste em apresentar ferramentas para que os docentes tenham acesso a perspectivas teóricas, considerando que muitos deles já deixaram a academia há muitos anos.

O interesse é em chamar atenção para o fato de que é muito comum, professores e professoras com formações distintas da em História atuarem no Ensino de História na Educação Básica. Além disso, é comum encontrarmos professores atuando na Educação Básica e que,

mesmo sendo licenciados em história, encontram limites ao se depararem com a Teoria da História.

3.1.1 Sobre História e Fato Histórico

Inicialmente, um dos pontos importantes é apresentar definições do que entendemos por história, quais as possíveis conceituações desse campo do conhecimento para que seja possível estabelecer diálogos com outras ideias que serão apresentadas a seguir ao longo desta seção. Por história e, nos apropriando de definições apresentadas por autores como Veyne (2008) e Nora (1993), defino como uma forma ou gênero narrativo que busca contar aquilo que já aconteceu. Por isso, abordar o campo do conhecimento que identificamos como “história” seria contar recortes específicos sobre eventos que aconteceram e que, de alguma forma, reverbera no tempo presente.

Nesse sentido, cabe a proposição de que, a narrativa da história é a narrativa de uma representação, ou de uma montagem daquilo que não pode mais ser repetido dentro das mesmas condições e pelas mesmas pessoas que estiveram naquele evento passado (VEYNE, 2008).

Outro aspecto importante para o entendimento do que é “história” passa por aquilo que Veyne (2008) nos esclarece ao discutir a impossibilidade de se tratar a narrativa da história como uma coisa completa. Em diversas situações, quando pensamos em algum fato histórico, seja na sala de aula, durante uma conversa informal, ou mesmo com todo o rigor teórico-metodológico exigido dos pesquisadores, é impossível dar conta de todos os pontos de vista e analisar de forma completa todos os aspectos de um acontecimento.

Surge daí a impossibilidade de se pensar em uma “História Total”, conforme Veyne (2008) discute, ou das críticas à ideia de uma “História Oficial”, dentro daquilo que Ginzburg (2006) também observa.

Levando em conta as observações discutidas, vale também reafirmar a impossibilidade de se referir a uma história com “H” maiúsculo, visto que, quando nos propomos a contar o passado nos valendo da história, sempre estaremos condicionados a contar aquela parte do passado que nos propusemos a abordar. Por isso, cabe também compreendermos que o fato histórico se trata daquilo que decidimos elucidar com as análises do passado (Veyne,

Fato Histórico é aquele recorte aplicado ao passado e que foi analisado e compreendido metodologicamente através da pesquisa em história (VEYNE, 2008).

2008).

Em outras palavras: apesar da história se debruçar sobre aquilo que aconteceu, a história, enquanto campo do conhecimento, não possui condições de analisar e avaliar todos os acontecimentos da vida humana, daí a impossibilidade de uma “História Total”. Por isso, nem tudo o que aconteceu é alvo de estudo da história e, conseqüentemente, nem tudo que possa ser considerado passado da trajetória humana é compreendido como história. Consideramos como fato histórico, acontecimentos que foram analisados a partir de fontes e utilizando determinado método narrativo (Veyne, 2008).

Considerando essas definições apresentadas até e as discussões abordadas durante os capítulos anteriores, poderíamos propor a análise de uma série de fatos históricos que nos convidam a pensar temas ligados ao Ensino de História de Mato Grosso do Sul e de Itaquiraí.

Dentre estes temas, é possível destacar: o acontecimento da Guerra do Paraguai, das ações tomadas pela Companhia Mate Laranjeira no sul do Antigo Mato Grosso, o processo de ocupação do sul do estado de Mato Grosso e como o mesmo, em diferentes regiões, se deu de formas específicas, o processo de separação entre o sul e o norte do estado de Mato Grosso que deu origem ao estado de Mato Grosso do Sul, a emancipação política de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi, a ocupação de trabalhadores sem-terra na fazenda Baunilha que também ficou conhecida como Guatambu, dentre diversos outros temas que podem ser abordados de forma rica e também prazerosa em sala de aula.

História: campo do conhecimento que se apresenta como forma de narrativa e que se propõe a narrar acontecimentos passados a partir de métodos específicos e adequados às fontes históricas analisadas (VEYNE, 2008).

3.1.2 Sobre memória e categorias de memória

Conceito importante que utilizamos durante grande parte do desenvolvimento dessa pesquisa é o de memória. Muitas vezes, a compreensão acerca do que é “memória” se confunde com aquilo que classificamos com “história”, por isso é importante estabelecer, ainda que de forma modesta, fronteiras entre os dois conceitos.

A história trata daquilo que aconteceu. É impossível reproduzi-la nas mesmas condições passadas. Um fato histórico pertence ao tempo passado e, por mais que seja possível compreendê-lo com base em ferramentas teórico-metodológicas, não é possível repeti-lo, tal como ele aconteceu. Diferentemente são as *hard sciences*, ou chamadas “ciências exatas” onde,

através de diferentes experimentos, pode-se chegar aos mesmos resultados, desde que utilizando as ferramentas teóricas e metodológicas corretas. Por isso, é importante compreender que o campo do conhecimento da história se dá a partir de procedimentos teóricos-metodológicos, mas específicos de outras áreas dada as suas especificidades.

A memória, em contrapartida, por mais que remeta ao passado, é um fenômeno que se dá a partir do presente (HALBWACHS, 2003). Por mais que a memória nos conecte a algum acontecimento passado, a mesma está ancorada ao presente que, paradoxalmente, se nos refugiarmos em Marc Bloch, o define como “um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce, morre” (BLOCH, 2001, p.60).

Portanto, se a memória é um fenômeno atrelado ao presente e esse está em constante movimento, a própria noção de memória também está condicionada à época em que ela é produzida. Alessandro Portelli (2000), ao tratar de estudos baseados na metodologia da História Oral nos adverte sobre como relatos de memória produzidos por uma mesma pessoa, durante diferentes momentos de suas vidas, podem mudar de acordo com as experiências vividas pelo indivíduo.

Memória é um fenômeno que se dá no presente, mas que sempre remete a algum acontecimento passado. Normalmente se associa às reminiscências de um indivíduo ou grupo. Podendo ela ser de origem individual ou coletiva (HALBWACHS, 2003).

É possível transportar essa leitura sobre a memória e o presente, se decidirmos propor em sala de aula, ao tratarmos da história de Itaquiraí, quais as leituras que já se produziram e quais são as que existem sobre trabalhadores sem-terra na região do município. É importante reforçar que a história de Itaquiraí a partir do final dos anos 1980 e durante os anos seguintes, se confunde com a história da Reforma Agrária no Brasil e que, mesmo antes do primeiro assentamento de trabalhadores sem-terra na região, durante o final da década de 1970, tensões envolvendo a ocupação e a desapropriação de terras já aconteciam.

Retomando as proposições em torno do conceito de memória, podemos afirmar que a mesma se apresenta como reminiscências do passado sobre a nossa experiência individual (HALBWACHS, 2003). Porém, apesar da memória individual não estar fora de questão, é imprescindível compreendermos que a memória individual se constrói a partir de como um indivíduo se relaciona com um determinado grupo de pertença, ou seja, a memória individual é construída a partir de como o indivíduo se relaciona com diferentes grupos.

Apesar de nossa memória normalmente se apresentar como resultado da reflexão

individual, é comum pensarmos que na memória sendo construída como a partir do indivíduo.

Como não é possível questionar o fato de que, frequentemente, reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros, de que nos situamos também entre datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte, admitimos que seja assim mesmo. Entretanto, esta é uma espécie de mínima concessão que, no espírito daqueles que a consentem, não poderia atingir a especificidade da memória individual. (HALBWACHS, 2003, p. 76).

É a partir das formas como interagimos com diferentes círculos de relações que a memória individual é concebida, segundo Halbwachs (2003). Em outras palavras: é a partir das formas como interagimos com as memórias coletivas que elaboramos e reelaboramos a nossa memória individual. Ao nos debruçarmos sobre as memórias coletivas e nos apoiando em Halbwachs (2003), nos concentraremos nas ideias de memórias históricas e de memórias políticas articuladas pelo autor.

Por meio destas duas categorias de memória (histórica e política) é possível alcançar diversos temas relacionados à história de Itaquiraí ou de Mato Grosso do Sul e Percebemos a construção de memórias históricas baseadas na trajetória de determinadas famílias que possuem algum destaque dentro do município. Ao nos debruçarmos sobre a construção de memórias políticas, compreendemos a constituição de diversas memórias individuais como aquelas apresentadas no capítulo anterior, tais como o da criação do estado de Mato Grosso do Sul e o fato político da emancipação de Itaquiraí em relação ao município de Iguatemi.

Estes exemplos citados agora não só contribuem para o entendimento de alguns fatos históricos a respeito da história de Itaquiraí mas, ao apoiarmos em Pierre Nora (1993), podemos nos concentrar em vários elementos “não-ditos” nas narrativas de memória apresentadas no capítulo anterior, como no caso de relatos que até citam os trabalhadores das serrarias itaquiraenses, mas que não conseguem detalhar quem são esses trabalhadores; exemplo parecido são falas compreendidas sobre os participantes da ocupação de terras conhecida como Guatambu e que aconteceu dentro de uma fazenda local, no final dos anos 1970. É somente a partir da análise das sutilezas, ou fazendo uma leitura a “contrapelo” dos relatos, que estes elementos se evidenciam.

Por outro lado, a forma como a memória histórica de Itaquiraí foi construída, acaba por dar centralidade para sujeitos ligados à política institucional da região que, mesmo tendo participado do processo de emancipação política do município, acabam ocultando a

participação da população local, suas opiniões e demandas relacionadas a este episódio. Por isso, é preciso levar em consideração que:

A memória [...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. [...] Mas os conjuntos dos homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas toras e, contato por suas extremidades opostas, que não se juntam de outra forma, e realmente não formam um mesmo corpo. (HALBWACHS, 2003, pg. 102-103).

Ao cruzarmos a discussão oferecida por Nora (1993), àquela proporcionada por Pollak (1983), ou seja, a partir da percepção dos “não-ditos” mencionados por Nora, é estabelecer interlocução com aquilo que Michael Pollak se referia como “esquecimento” quando se referia à ditadura stalinista, de “memórias subterrâneas”, ou seja: aquelas memórias que acabam não sendo evidenciadas por não fazerem parte daquilo que as se entendia como “memória oficial”.

Novamente, ao nos referirmos à história de Itaquiraí, é possível perceber esses “esquecimentos” quando, ao nos depararmos com relatos de memória produzidos por diversos indivíduos, conforme aqueles analisados no capítulo anterior; as memórias dos trabalhadores sem-terra, ou dos trabalhadores das serrarias, não são consideradas pertencentes à memória histórica do município.

Nesse sentido, ao tratarmos da história do sul do Mato Grosso Uno, também percebemos o mesmo “esquecimento” em relação às populações indígena e paraguaia na região pois, essas “memórias subterrâneas” acabam por não participar da construção de outras memórias coletivas presentes na “versão oficial” da história do município.

Quando pensamos as discussões entre memória e história dentro da Educação Básica, as reflexões apresentadas acima são fundamentais pois, conforme Ricardo Oriá:

A memória é, pois imprescindíveis na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. [...] a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. [...] perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (ORÍÁ, 2015, p. 139)

Ao considerarmos que o docente trabalha mediando a relação entre os estudantes e

diferentes informações, é importante pensar essa mediação como uma forma de se apresentar ferramentas para que os estudantes sejam capazes de atribuir sentidos aos assuntos abordados nas aulas da disciplina de História.

Pensar naquelas ideias que permanecem no “subterrâneo” das memórias coletivas, como a presença indígena em Itaquiraí, na atuação do trabalhador da serraria ou nas trajetórias desenvolvidas pelos trabalhadores sem-terra da região é uma possibilidade rica de se recuperar esse “elo afetivo” apontado por Oriá (2015) de permitir aos estudantes se reconhecerem enquanto cidadãos e sujeitos da história, além de, é claro, oferecer uma leitura da realidade distinta daquela pensada pela “história oficial” dos municípios carregada de heróis políticos.

3.1.3 Sobre identidade e projetos identitários

Arelada às discussões sobre o conceito de memória, está a discussão sobre o conceito de identidade. A princípio, falar sobre identidade significa tratar da forma como um determinado indivíduo se identifica e se reconhece em relação aos seus grupos de pertença.

A base para a construção identitária é a memória coletiva e a forma como o indivíduo interage com diferentes grupos com os quais se identifica determinará como se estruturará a memória individual do mesmo, segundo Halbwachs (2003). Sendo assim, a identidade é um produto das memórias coletivas e, é por meio da identificação com esses diferentes grupos é que se lançam as bases para a construção da memória individual.

Debater identidades faz-se necessário pois, a construção de determinadas memórias políticas e históricas a respeito da ocupação de Itaquiraí e a respeito da emancipação política do município se deram a partir do desenvolvimento de projetos identitários relacionados à população itaquiraense. Este elemento é percebido ao pensarmos em quais grupos étnicos ou sociais ganham destaque nas narrativas de memória sobre a emancipação política de Itaquiraí e quais são os discursos reproduzidos pelos locais de memória que reforçam a memória política consolidada no município.

Identidade é produto da memória coletiva. É a partir das formas como o indivíduo se relaciona e se identifica com diferentes grupos de pertença que ele constrói sua memória individual (HALBWACHS, 2003).

Indo além, compreendemos como esses projetos identitários, por vezes acabam por marginalizar determinados grupos sociais e/ou étnicos. Se um dos problemas motivadores desta

pesquisa é a observação por parte dos estudantes de que eles não possuem história, ou de que a história deles não é significativa, compreender como conceito de identidade e como projetos identitários se elaboram é outro ponto a se levar em consideração na docência em História dentro da Educação Básica.

3.1.4 Sobre Consciência História e Ensino de História

A ideia de consciência histórica transita naquilo que Barca, Garcia e Schmidt (2011) discutem, enquanto estabelecem interlocução com Jörn Rüsen:

A narrativa é a face material da consciência histórica [...] a forma de produção usual da produção historiográfica [...] Pela análise de uma narrativa histórica ganha-se acesso ao modo como o seu autor concebe o passado e utiliza as suas fontes, bem como aos tipos de significância e sentidos de mudança que atribui à história. (BARCA; GARCIA e SCHMIDT, 2011, p. 12)

Portanto, justifica-se, a necessidade de pesquisas sobre a história de Itaquiraí e, especialmente, de se pensar em ferramentas para os docentes e discentes da Educação Básica. A pesquisa desenvolvida pode contribuir com a discussão do Ensino de história regional e local, permitindo aos estudantes que se reconheçam como agentes ativos da história com direito à Memória (Halbwachs, 2003).

O que se pretende é ampliar as pesquisas sobre o Cone Sul e promover investigações sobre a memória daqueles que, como testemunhas, experimentaram este momento histórico do município. É a partir dos modos como elaboram este episódio que se pretende interpretar suas narrativas. Tarefa árdua, mas que visa somar com as pesquisas a respeito do extremo sul do Mato Grosso do Sul.

Daí o foco principal de nosso trabalho que é o de aproximar tais discussões com a Educação Básica. Nesse sentido, visamos problematizar estes temas na Educação Básica com a finalidade de garantir suporte para a construção de uma consciência histórica pelos dos estudantes levando em consideração que,

A narrativa histórica tem a função geral de orientar a vida prática no tempo, mobilizando a memória da experiência temporal, por meio do desenvolvimento de um conceito de continuidade e pela estabilização da identidade (Rüsen, 2011, p. 98)

3.2 Propostas de atividades para docentes da Educação Básica

O objetivo é de que estas atividades sejam compreendidas como formas de se abordar uma série de questões e temas que foram desenvolvidos ao longo dos capítulos desta dissertação. Compreendemos a importância em associarmos os estudos em História à prática da pesquisa, sempre levando em conta as potencialidades e os limites que determinadas faixas etárias podem apresentar. Pensar na pesquisa como elemento importante para o Ensino de História é pensar em formas para que os estudantes, ao entrar em contato com diferentes temas ao longo das aulas, possam se apropriar de informação e atribuir sentidos para as mesmas.

Outro ponto importante ao orientar os exercícios de pesquisa dos estudantes é o de motivar a relação dialética entre o pesquisador e o objeto pesquisado partindo do princípio que é o pesquisador quem pensa como se debruçar sobre as fontes de pesquisa e como cada modalidade de fonte histórica condiciona a forma como estas mesmas fontes serão questionadas ao longo do exercício de pesquisa, conforme Rüsen (2010) propõe ao falar sobre a metodização do método como forma de sistematizar o exercício de pesquisa e de produção de conhecimento ao se pensar nas especificidades da pesquisa no campo de conhecimento da história.

No que se refere ao conteúdo que se segue, para alguns docentes as propostas podem “cair como uma luva”, enquanto outras podem se apresentar como absolutamente incompatíveis aos seus saberes e fazeres escolares, por uma série de razões.

Cabe afirmar também que, ao sugerir que as atividades possam ser aplicadas a um, ou a outro ano da Educação Básica, estas indicações aconteceram baseadas tanto naquilo que se apresenta nos referenciais curriculares formulados e divulgados pela Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, quanto nas elaborações curriculares presentes, até então, nas discussões sobre a Base Nacional Curricular Comum – a BNCC.

Proposta 1: Problematizando história da emancipação política de Itaquiraí e a criação do estado de Mato Grosso do Sul

Esta proposta de atividade tem por objetivo trabalhar com a ideia de “fato histórico”, ou dos “recortes” que o pesquisador em história delimita em seu ofício, mas também abre possibilidades de se trabalhar com vários outros conceitos importantes, como de história,

projetos identitários e consciência histórica, por exemplo. As propostas, podem ser aplicadas em diversas etapas da Educação Básica, desde que adaptada ao público-alvo.

Os objetivos, consistem em abordar eventos que possam ser considerados significativos e que ajudem a contar, ou reelaborar tanto a história de Itaquiraí, quanto do estado de Mato Grosso do Sul.

Dentre as possibilidades, o docente pode, por exemplo, se valer das tabelas presentes no primeiro capítulo deste trabalho e provocar o debate entre os estudantes sobre as relações entre a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a emancipação política de Itaquiraí e, assim, pensar em como a história de Itaquiraí não pode ser pensada de forma dissociada da história de Mato Grosso do Sul e nem de contextos mais amplos.

Ao pensar na criação do estado de Mato Grosso do Sul, e se valendo também dos dados oferecidos anteriormente, é possível trabalhar nas aulas de História do Brasil, com as concepções de Estado elaboradas durante o século XX e como elas foram pensadas entre as décadas de 1930, até o final dos anos 1970.

Dentro do recorte cronológico apresentado, cabe também a discussão sobre os movimentos políticos que exigiam a separação entre as bandas meridional e setentrional de Mato Grosso, tais como a Liga Sul-Mato-Grossense e o Movimento Divisionista, cada qual à sua época e com suas características.

A partir das discussões sobre essas concepções de Estado, no recorte de tempo pensado anteriormente, abre possibilidades para as discussões sobre a existência de projetos identitários ao longo da história de Mato Grosso do Sul e de Itaquiraí para o público da Educação Básica, considerando que as propostas de desenvolvimento para o sul do antigo Mato Grosso não levavam em conta as populações indígenas (em toda sua diversidade).

Para esses temas, o docente pode desenvolver atividades de produções textuais ou de produções de imagens se valendo de textos e de imagens motivadoras relacionadas aos assuntos abordados. Outra abordagem importante, discutindo especificamente o caso da emancipação de Itaquiraí, é o de visitas de estudos a locais de memória.

Estes espaços rendem visitas interessantes pois, além de remeter a aspectos importantes do passado, também permite reflexões sobre projetos identitários ou, pelo menos, sobre qual ou quais projetos identitários determinado local de memória se refira.

De forma dissociada, ou paralela às abordagens dadas aos locais de memória, outra dinâmica interessante é a de motivar os estudantes a pensar os seus espaços dentro da cidade.

A atividade em si, consistiria no registro fotográfico – bastante facilitado considerando que praticamente todos os estudantes possuem telefones celulares – ou se valendo da produção de desenhos que registrem localidades que os mesmos julguem relevantes para a história de Itaquiraí.

As produções dos estudantes, num outro momento, poderão render debates, exposições ou outras situações para reflexões, mas é importante que o docente leve em conta em quais são os discursos construídos pelos estudantes e onde os mesmos depositam seus sentimentos de pertença (se assim o fizerem) aos se colocarem diante da história de Itaquiraí, por exemplo.

Proposta 2: Dialogando com narrativas de memória e experimentações de pesquisa historiográfica

Outra possibilidade, de abordar as discussões sobre a emancipação política do município e outros temas interessantes relacionados direta ou indiretamente ao município, é a de propor aos estudantes a realização de entrevistas com pessoas que experimentaram o processo de separação política entre Itaquiraí e Iguatemi.

Nessa possibilidade de trabalho, seria interessante ao docente orientar os estudantes a fazer questionamentos a respeito da idade da pessoa entrevistada, qual é/era a profissão da pessoa na época da emancipação do município, quais os pensamentos da mesma em relação aos fatos históricos construídos (ou em construção), além de trabalhar com a produção de documentos de autorização para uso de imagem e/ou da entrevista para pesquisas, aproximando os estudantes de diversos aspectos não só da história de Itaquiraí, mas também dos fazeres referentes à pesquisa historiográfica.

Também, a partir das informações coletadas a partir dos relatos de memória, os estudantes podem trabalhar com toda uma variedade de produtos possíveis. Considerando desde o início da ocupação paulista e paranaense iniciada na década de 1950, até o tempo presente, os estudantes podem elaborar uma “linha de tempo” indicando fatos históricos que despertem interesse dos mesmos auxiliados pela orientação do docente.

Ainda pensando nas possibilidades de produção a partir de relatos de memória coletados a partir de pesquisas dos estudantes, é possível trabalhar com a construção de mapas tendo Itaquiraí como tema. No caso, os estudantes se ocupariam de contextualizar referências dadas pelas pessoas entrevistadas (criação de assentamentos, abertura de ruas, construção de igrejas,

inauguração de praças, construção de bairros...) e, a partir da construção de legenda para a produção cartográfica, os estudantes podem identificar períodos diferentes, podendo trabalhar com período anterior e posterior à emancipação política, décadas específicas, ou outras referências de tempo.

Nas propostas apresentadas acima, outro aspecto importante é motivar os estudantes a se colocarem diante dos assuntos pesquisados. Uma das alternativas viáveis é orientá-los a questionarem suas famílias sobre história de Itaquiraí, sejam os estudantes nascidos no município, ou não. O objetivo, é motivar (ou retomar) discussões sobre projetos identitários e, a partir da compreensão dos estudantes sobre essa discussão, pensar nos sentimentos de pertença dos mesmos e se os mesmos se sentem incluídos dentro do projeto identitário reconhecido na região.

CONCLUSÕES

A pesquisa buscou inicialmente tratar de questões importantes a respeito da história da parte sul do Mato Grosso Uno (atual Mato Grosso do Sul), assim como sobre Itaquiraí, inserida no extremo sul do estado, região também chamada de Cone-Sul. Todo o exercício de contextualização apresentado buscou bases em fatos históricos passados (alguns cronologicamente mais distantes que outros, mas todos que foram elencados apresentam influências importantes no tempo presente) como forma de compreendermos melhor o processo histórico em que o município de Itaquiraí se insere e buscando uma maior compreensão sobre as condições que motivaram o processo que conferiu autonomia política a Itaquiraí que, anteriormente era distrito de Iguatemi.

Posteriormente, nos debruçamos sobre diferentes relatos de memória referentes à história de Itaquiraí e percebemos que, muitos dos relatos apresentados coletados por essa pesquisa e pela Fundação de Cultura de Itaquiraí acabaram reforçando memórias coletivas intimamente relacionadas aos grupos que, desde antes do fato político da emancipação, ocupavam papéis de lideranças políticas ou eram representantes de uma elite econômica regional.

Sendo assim, o que se pode constatar é a consolidação de uma memória histórica e de uma memória política que acaba reafirmando a presença de determinados indivíduos que pertenceram à sociedade de Itaquiraí e, também, na reprodução destas memórias que acabam sendo interpretadas como “história oficial” do município por parte da população.

Entendemos que o processo de autonomia política de Itaquiraí foi marcado por tensões entre as lideranças do movimento e a administração municipal de Iguatemi que, durante o processo tentou reverter judicialmente a emancipação itaquiraense. Levamos em consideração que este processo, mesmo estando de acordo com as demandas da população local que concordava não ser mais economicamente viável manter Itaquiraí como distrito de Iguatemi, todo o processo foi marcado intensamente pela personalização política de personagens locais e também externos.

Entretanto, a partir das análises das sutilezas nos relatos de memória compreendidos nesse trabalho, percebe-se, ainda que de forma muito tênue, algumas memórias subterrâneas, ou seja, memórias a respeito de setores da sociedade marginalizados das disputas pelo poder e que acabam, também ficando à margem da “história oficial” do município.

No caso, refiro-me aos indígenas que habitaram Itaquirai nas décadas anteriores, dos trabalhadores das serrarias (que por vezes, se juntavam as dezenas de famílias de trabalhadores nos pátios das serrarias) e dos trabalhadores sem-terra e desempregados devido o fim dos contratos de arrendamentos ou devido aos esgotamentos de madeiras nas propriedades rurais prontas para receberem as cabeças de gado.

Nos relatos alcançados por esta pesquisa, estes sujeitos históricos acabam por aparecer ou como pessoas “sem rosto”, ou apenas como números.

No capítulo final o esforço despendido foi em trazer conceitos-chave abordados durante a escrita desta dissertação de forma que se mostre acessível para os educadores da Educação Básica. A apresentação destes conceitos serve como bases para que discussões, tais como as que foram abordadas neste trabalho possam ser desdobradas e aprofundadas nos Ensinos Fundamental e Médio.

Outro elemento importante do terceiro capítulo, é a sugestão de atividades onde o processo de emancipação política e outros assuntos que julgamos relevantes para se estender história de Itaquirai, ou para que os estudantes e docentes da Educação Básica possam entender debates teóricos de forma mais ampla.

O término desta pesquisa contribui para o início de vários outros questionamentos possíveis de serem levantados sobre história de Itaquirai, sobre o sul de Mato Grosso do Sul, ou mesmo sobre a história do estado. Este trabalho, ao abordar determinados elementos a respeito da história de Mato Grosso do Sul e de Itaquirai constitui-se, à sua maneira, como ferramenta para aqueles docentes que atuam na Educação Básica tenham acesso a discussões e também indicações importantes dando possibilidades para que esses se aprofundem e reelaborem seus saberes e fazeres durante suas práticas na Educação Básica.

Além disso, a apresentação de algumas propostas de ações dentro da Educação Básica baseadas em propostas e conceitos trabalhados durante esta dissertação têm como objetivo aprofundar as discussões sobre História na Educação Básica e estreitar os distanciamentos entre a Educação Básica e a Academia, proposta essa que também é um dos focos do mestrado profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALBANEZ, J. L. **Ervais em Queda: Transformações no campo no Extremo Sul de Mato Grosso (1940 – 1970)**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013

_____. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. 2003. Dissertação (mestrado em História) – UFMS, Dourados.

ALBANEZ, J. L.; JESUS, L. C. de. **Penetrando Domínios da Matte Larangeira: Produtores Independentes e frentes pioneiras**. In: Simpósio Internacional de História: Três Lagoas, 2010.

BARCA, I.; MARTINS, E. R.; SCHMIDT, M. A. (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.

_____. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)** 2v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

BITTENCOURT, C. M. F. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade. Fragmentos de um dicionário político**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 19ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929 – 1989**. Tradução: Nilo Odália – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **A fronteira na História Regional: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.

_____. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso 1870 – 1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

DELGADO, L. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

FABRINI, J. E. **A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J (org.). **Usos e abusos da História Oral** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FURLANETTO, V. L. **Os discursos sobre a criação de Mato Grosso do Sul e eventos comemorativos**. In: XII Encontro Nacional da Associação Nacional de História: Aquidauana, 2014.

GAGNEBIN, J. M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALBWACKS, M. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HERRIG, F. L. de A. **A erva mate e a historiografia de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul**. Revista *Ágora*, n. 20, p. 210-214, 2014.

LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos Problemas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MONTEIRO, A. M. F. C. **Professores: entre saberes e práticas**. *Educação & Sociedade*, n. 74, p. 121 – 142, 2001.

NASCIMENTO, E. C. de. **Patrimônio Imaterial e Educação Histórica: Possibilidades no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio**. IN: SCHMIDT, M. *Revista de Educação Histórica*. n. 1. Curitiba: LAPEDUH – UFPR, 2012. Pp. 157-174.

NORA, P. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História, V. 10, p. 7 – 28, dezembro de 1993.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, V. 5, p. 200 – 212, 1992.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, V. 2, p. 3 – 15, 1989.

PORTELLI, A. **“O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral**. IN: FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; de ALMEIDA, P. R. e KHOURY, Y. A. (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

QUEIROZ, P. R. C. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e Identidades (um breve ensaio)**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184: Universidade Estadual de Maringá, 2006.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. 6ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SABOYA, V. E. T. **A Lei de Terras (1850) e a política imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

VELHO, G. **Memória, identidade e projeto**. In: Projeto e metamorfose. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Edição Revisada. Coimbra: Edições 70 LDA., 2008.

Fontes

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: História. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. DECRETO-LEI Nº 5.812 DE 13 DE SETEMBRO DE 1943: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De15812.htm [acesso em 15/10/2017]

_____. LEI COMPLEMENTAR Nº 31 DE 1977: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html> [acessado em 20/03/2018]

_____. LEI DE TERRAS DE 1850: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm [acessado em 20/03/2018]

_____. LEI EUSÉBIO DE QUEIROZ: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-lei-eusebio-queiroz.-o-traffic-negro.-historico-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850> [acessado em 20/03/2018]

_____. REGULAMENTO DE 1854: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm [acessado em 20/03/2018]

C., T. [07/06/2018] Itaquiraí. Entrevista concedida a Julio Cesar Sarzi.

ESCRITÓRIO LÍDER. 30 anos de existência crescendo com Itaquiraí – 2006, Itaquiraí.

_____. 40 anos de existência crescendo com Itaquiraí – 2016, Itaquiraí.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Apresenta dados sobre os assentamentos presentes no município de Itaquiraí, data de criação e quantidade de famílias assentadas.

http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1 [acesso em 15/10/2017]

L., A. G. [03/08/2015] Fundação de Cultura de Itaquiraí. Entrevista concedida à Fundação de Cultura de Itaquiraí.

MATO GROSSO DO SUL. LEI ESTADUAL Nº 75:
<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/06f99722ce42e26b04256e450002ea65?OpenDocument&Highlight=2,Itaquira%C3%AD> [acessado em 25/04/2018]

_____. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS – Ensino Fundamental. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

_____. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS – Ensino Médio. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

N., A. C. [29/07/2015]. Fundação de Cultura de Itaquiraí. Entrevista concedida à Fundação de Cultura de Itaquiraí.

O., M. C. [08/06/2018]. Itaquiraí. Entrevista concedida a Julio Cesar Sarzi.

SANTOS, I. D. dos. O anel e a almofada: uma lição de vida. Mundo Novo: Empresa Editorial MS LTDA. 2010.

_____. O anel e a almofada: uma lição de vida. Mundo Novo: Empresa Editorial MS LTDA. 2010.

T., M. A. [30/07/2015]. Fundação de Cultura de Itaquiraí. Entrevista concedida à Fundação de Cultura de Itaquiraí.